



UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Relatório de Inovação Tecnológica

Ano Base 2023

Sumário

1.	A Inovemos	4
2.	Objetivo	5
3.	Introdução	7
3.1.	Breve apresentação da empresa	7
3.1.1.	Produtos e Serviços	7
4.	Contexto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	7
5.	Legislação	8
5.1.	Decreto 5.798 de 7 de junho de 2006	8
5.2.	Dispêndios enquadráveis	10
5.3.	Incentivos fiscais previstos	14
6.	Enquadramento das atividades de PD&I	16
6.1.	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	16
6.2.	Distribuição por tipo de P&D	19
7.	Atividade de PD&I realizada no ano base 2023	24
7.1.	Atividade de PD&I “Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica”	24
	Elementos tecnologicamente novos ou inovadores	25
	Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis	27
	Metodologia/métodos utilizados	29
	Classificação da atividade como PD&I	31
7.2.	Atividade de PD&I “Desenvolvimento Experimental de Soluções Integradas para Benefícios Corporativos com Foco em Escalabilidade e Segurança”	33
	Elementos tecnologicamente novos ou inovadores	34
	Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis	35

Metodologia/métodos utilizados	37
Classificação da atividade como PD&I.....	39
7.3. Atividade de PD&I “ Desenvolvimento de Plataformas Avançadas para Automação, Integração e Escalabilidade em Processos Transacionais ”	41
Elementos tecnologicamente novos ou inovadores	42
Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis	44
Metodologia/métodos utilizados	45
Classificação da atividade como PD&I.....	47
8. Dispendios com Inovação	49
9. Conclusão	50
10. Referências	51

1. A Inovemos

A Inovemos foi responsável pelo diagnóstico e formatação dos projetos de inovação conduzidos pela Up Brasil.

Se trata de uma empresa com ampla experiência em serviços para o fomento da inovação tecnológica nas empresas, abrangendo:

- Captação de recursos – diagnóstico dos projetos e indicação das linhas de recursos mais adequadas aos objetivos estratégicos da empresa;
- Constituição de ICT Privada – apoia desde a análise de viabilidade estratégico-financeira até a operacionalização, tendo em vista segurança jurídica e alinhamento com as melhorias práticas para a estruturação de ICTs;
- Gestão da inovação – mentoria para a implementação ou aprimoramento da gestão da inovação nas empresas, incluindo suporte a áreas e comitês de inovação, visando consolidar uma cultura inovadora

2. Objetivo

O objetivo deste documento é demonstrar as atividades de inovação tecnológica realizadas pela **UP Brasil** ao longo do ano-base de 2023, em conformidade com a exigência da Lei nº 14.133/2021, art. 60, §1º, III:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: [...]

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Embora a legislação vigente não especifique formalmente os meios para comprovação de investimentos em atividades e projetos de inovação tecnológica, é prática comum utilizar o Formulário Eletrônico enviado ao MCTI para fins da Lei do Bem. Contudo, tal procedimento apresenta limitações, uma vez que a Lei do Bem é aplicável exclusivamente a empresas tributadas pelo regime de Lucro Real.

Diante disso, e considerando que a Lei do Bem é um benefício auto declaratório, acredita-se que o presente relatório atende ao mesmo propósito em cenários em que o reporte pela Lei do Bem não é possível.

Portanto, este documento foi elaborado com base nos mesmos campos e critérios utilizados na determinação de dispêndios e projetos de inovação previstos na Lei do Bem, seguindo os princípios estabelecidos pela Lei nº 11.196/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798/2006 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.187/2011.

Além disso, foi utilizado como critério para definição das atividades de inovação tecnológica o que está contido no Manual de Frascati, uma manual internacional adotado pela OCDE para o enquadramento e classificação de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

3. Introdução

3.1. Breve apresentação da empresa

A Up Brasil é uma empresa especializada em benefícios corporativos, oferecendo soluções e serviços capazes de transformar a gestão de recursos humanos e promover o bem-estar dos colaboradores. A empresa faz parte de um grupo multinacional francês, presente em 19 países.

Além disso, a empresa investe consistentemente em tecnologia para aprimorar seus serviços, oferecendo plataformas digitais que facilitam o acesso e o gerenciamento dos benefícios, tanto para empresas quanto para colaboradores. Com uma abordagem centrada no cliente e foco constante em inovação, a Up Brasil se destaca como uma referência no setor de benefícios corporativos, contribuindo para a motivação e produtividade no ambiente de trabalho.

3.1.1. Produtos e Serviços

Entre seus principais produtos estão os cartões Up Refeição, Up Alimentação e Up Combustível, que simplificam a administração de benefícios e proporcionam flexibilidade aos usuários. A empresa também oferece o Up Go, um cartão de adiantamento salarial que auxilia na gestão financeira dos colaboradores, e o Up Home Office, uma solução digital que facilita o controle de gastos para profissionais em regime de trabalho remoto.

4. Contexto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

Em 2023 a empresa investiu em 12 projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica que tiveram como objetivo evoluir produtos existentes, modernizar aplicações legadas e possibilitar novos métodos de integração com parceiros. Dentre os resultados alcançados, podemos destacar novas modalidades transacionais e a emissão de cartão com bandeira externa.

5. Legislação

Os critérios para avaliação da atividade de PD&I realizada pela **Up Brasil** durante o ano base **2023**, bem como dos dispêndios dela decorrentes, estão dispostos na seguinte legislação, presente no Anexo 01:

- Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005;
- Decreto nº 5.798 de 7 de junho de 2006;
- Lei nº 11.774 de 17 de setembro de 2008;
- Portaria MCT nº 327 de 29 de abril de 2010;
- Instrução Normativa nº 1.187 de 29 de agosto de 2011;
- Portaria MCTI nº 2.794 de 30 de junho de 2020;
- Portaria MCTI nº 4.866 de 7 de junho de 2021.

Nem toda a legislação citada será necessariamente aplicada para a justificação dos dispêndios incorridos na realização da atividade de PD&I. Por exemplo, na ausência de aquisição de equipamentos para PD&I não serão aplicadas as disposições relativas aos incentivos próprios para tais dispêndios.

Na sequência será feita uma exposição sucinta dos principais pontos da legislação citada anteriormente, destacando os conceitos mais importantes para uma devida justificação da atividade de PD&I realizada e os dispêndios a ela conexos.

5.1. Decreto 5.798 de 7 de junho de 2006

O decreto 5.798/2006 regulamenta os incentivos fiscais às atividades de PD&I de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, estabelecendo nos seguintes termos o conceito de inovação tecnológica:

Art. 2º Para efeitos deste decreto, considera-se:

I - Inovação tecnológica: a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique

melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado;

Para melhor especificar quais atividades são incentivadas dentro de uma iniciativa de inovação tecnológica, o decreto ainda expõe e define estas atividades:

II - Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, as atividades de:

a) Pesquisa básica dirigida (PB): os trabalhos executados com o objetivo de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores;

b) Pesquisa aplicada (PA): os trabalhos executados com o objetivo de adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas;

c) Desenvolvimento experimental (DE): os trabalhos sistemáticos delineados a partir de conhecimentos pré-existentes, visando à comprovação ou demonstração da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos;

d) Tecnologia industrial básica (TIB): aquelas tais como a aferição e calibração de máquinas e equipamentos, o projeto e a confecção de instrumentos de medida específicos, a certificação de conformidade, inclusive os ensaios correspondentes, a normalização ou a documentação técnica gerada e o patenteamento do produto ou processo desenvolvido; e

e) Serviços de apoio técnico: aqueles que sejam indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações ou dos equipamentos destinados, exclusivamente, à execução de projetos de pesquisa,

desenvolvimento ou inovação tecnológica, bem como à capacitação dos recursos humanos a eles dedicados;

III - pesquisador contratado: o pesquisador graduado, pós-graduado, tecnólogo ou técnico de nível médio, com relação formal de emprego com a pessoa jurídica, que atue exclusivamente em atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica;

5.2. Dispêndios enquadráveis

A Instrução Normativa (IN) Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.187 de 29 de agosto de 2011 disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativamente à apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A referida IN, apesar de inicialmente apenas retomar os conceitos de inovação tecnológica e das atividades de PD&I já trazidos pelo decreto 5.798/2006, acrescenta novas definições e apresenta um maior detalhamento sobre os dispêndios que podem ser incentivados e qual é a documentação exigida pela RFB para sua devida comprovação.

O Art. 2º da IN 1.187/2011 define que:

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, não são consideradas como pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, entre outras, as seguintes atividades: I - os trabalhos de coordenação e acompanhamento administrativo e financeiro dos projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento ou inovação tecnológica nas suas diversas fases; II - os gastos com pessoal na prestação de serviços indiretos nos projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, tais como serviços de biblioteca e documentação.

Cumprir notar que dentre os dispêndios realizados para execução da atividade de PD&I realizada pela **Up Brasil** durante o ano base **2023** só foram considerados como sendo de inovação tecnológica, aqueles referentes aos profissionais envolvidos diretamente nos

projetos, sejam funcionários ou prestadores de serviços de apoio, que atenderam aos requisitos legais e conceituais estabelecidos na legislação e nos manuais de inovação (itens 4 e 5).

O Art. 3º da IN 1.187/2011 determina as exigências para utilização dos incentivos:

Art. 3º Para utilização dos incentivos de que trata esta Instrução Normativa, a pessoa jurídica deverá elaborar projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, com controle analítico dos custos e despesas integrantes para cada projeto incentivado.

Parágrafo único. Na alocação de custos ao projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que trata o caput, a pessoa jurídica deverá utilizar critérios uniformes e consistentes ao longo do tempo, registrando de forma detalhada e individualizada os dispêndios, inclusive:

I - as horas dedicadas, trabalhos desenvolvidos e os custos respectivos de cada pesquisador por projeto incentivado;

II - as horas dedicadas, trabalhos desenvolvidos e os custos respectivos de cada funcionário de apoio técnico por projeto incentivado.

Quanto aos requisitos estabelecidos acima, a **Up Brasil** cumpre-os através do exposto no presente documento, expondo aqui a atividade de PD&I realizada - chamada de projeto pela IN 1.187/2011 -, os dispêndios realizados e os controles destes na atividade de PD&I.

Os dispêndios realizados pela ocorreram com os profissionais com dedicação parcial ou exclusiva à atividade de PD&I e com empresas contratadas para apoio à realização das referidas atividades. Confirmando o entendimento da empresa, a IN 1.187/2001, em seu Art. 4º, expõe os tipos de dispêndios incentivados (BRASIL, 2018):

Art. 4º A pessoa jurídica poderá deduzir do lucro líquido, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor

correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), ou como pagamento na forma prevista no § 1º.

§ 1º O disposto no caput aplica-se também aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratadas no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, desde que a pessoa jurídica que efetuou o dispêndio fique com a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados dos dispêndios.

§ 3º Poderão ser também deduzidas como despesas operacionais, na forma do caput, as importâncias transferidas a microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, destinadas à execução de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica de interesse e por conta e ordem da pessoa jurídica que promoveu a transferência, ainda que a pessoa jurídica recebedora dessas importâncias venha a ter participação no resultado econômico do produto resultante.

§ 4º O disposto no § 3º aplica-se também às transferências de recursos efetuados ao inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 8º Os dispêndios e pagamentos de que trata este artigo somente poderão ser deduzidos para fins deste artigo se efetuados no País, ressalvado o disposto no art. 6º e no § 4º do art. 5º.

§ 10º Os dispêndios com a prestação de serviços técnicos, tais como exames laboratoriais, testes contratados com outra pessoa jurídica serão dedutíveis na forma do caput, desde que não caracterizem transferência de execução de pesquisa, ainda que parcialmente.

Art. 5º Para fins do disposto no art. 4º, poderão ser considerados os seguintes dispêndios: I – os salários e os encargos sociais trabalhistas de pesquisadores e de pessoal de prestação de serviço de apoio técnico de que tratam a alínea “e” do inciso II e o inciso III do art. 2º do decreto 5.798/06; II – a capacitação de pesquisadores e pessoal de prestação de serviços de apoio técnico de que tratam a alínea “e” do inciso II e o inciso III do art. 2º do decreto 5.798/06.

§ 1º Para fins deste artigo, poderão ser considerados como dispêndios os custos de pesquisadores contratados pela pessoa jurídica, sem dedicação exclusiva, desde que: I – conste expressamente em seu contrato de trabalho o desempenho como pesquisador em atividades de inovação tecnológica desenvolvida pelo empregador; II – a empresa possua, para o projeto incentivado, controle das atividades desenvolvidas e respectivas horas trabalhadas.

§ 2º Na hipótese do § 1º, só poderão ser computadas como dispêndios na forma do caput do art. 4º as horas efetivamente trabalhadas no projeto incentivado.

§ 4º Também são considerados dispêndios vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica os gastos destinados ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares, ainda que pegos no exterior.

Art. 6º Na hipótese de dispêndios com assistência técnica, científica ou assemelhados e de royalties por patentes industriais pagos a pessoa física ou jurídica no exterior, a dedutibilidade dos dispêndios

realizados em pesquisa tecnológica e em desenvolvimento da inovação tecnológica para fins do art. 4º fica condicionada à observância do disposto nos arts. 52 e 71 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

5.3. Incentivos fiscais previstos

Art. 7º *Sem prejuízo do disposto nos arts. 4º e 5º, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas pela legislação do IRPJ.*

§ 2º *A exclusão de que trata o caput poderá chegar a: I - até 80% (oitenta por cento), no caso de a pessoa jurídica incrementar o número de pesquisadores contratados no ano calendário de gozo do incentivo em percentual acima de 5% (cinco por cento), em relação à média de pesquisadores com contratos em vigor no ano calendário anterior ao de gozo do incentivo; e II - até 70% (setenta por cento), no caso de a pessoa jurídica incrementar o número de pesquisadores contratados no ano calendário de gozo do incentivo até 5% (cinco por cento), em relação à média de pesquisadores com contratos em vigor no ano calendário anterior ao de gozo do incentivo.*

Art. 8º *A pessoa jurídica poderá usufruir de depreciação acelerada integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.*

Art. 10º. *A pessoa jurídica que explorar atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica poderá usufruir*

de amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ.

6. Enquadramento das atividades de PD&I

O enquadramento da atividade de PD&I foi realizado com base nos critérios estabelecidos no Manual de Frascati, que é uma publicação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e é referência para a medição de atividades de P&D.

6.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) compreendem o trabalho sistemático e criativo empreendido com objetivo de incrementar o estoque de conhecimento – incluindo conhecimento do homem, cultura e sociedade – e conceber novas aplicações para o conhecimento já disponível.

*Um conjunto de características comuns identificam atividades de P&D, mesmo se estas forem executadas por diferentes realizadores. Atividades de P&D podem visar objetivos específicos ou gerais, mas sempre buscará novas descobertas. Baseadas em conceitos originais (e sua interpretação) ou hipóteses. São amplamente incertas quanto ao seu resultado final (ou ao menos quanto ao tempo e recursos necessários para finalizá-la), possui planejamento prévio e possui orçamento (mesmo quando gerenciadas por pesquisadores independentes), e objetiva produzir resultados que possam ser ou transferidos ou vendidos no mercado. Para uma atividade ser P&D ela deve satisfazer cinco critérios principais: **novidade, criatividade, incerteza, sistematização e reprodutibilidade.***

Uma “atividade de P&D” é a soma de ações que deliberadamente são empreendidas por pesquisadores para gerar novos conhecimentos. Na maioria dos casos, P&D pode ser agrupado na forma de “projetos de P&D”. Cada projeto de P&D consiste em um conjunto de atividades, é

organizado e gerenciado para um propósito específico, e tem objetivos e resultados previstos, mesmo no menor nível de atividade formal. (...)

Para um projeto ser classificado como uma atividade de P&D, os 5 critérios a seguir devem ser satisfeitos concomitantemente:

Ter como objetivo novas descobertas (novo): *novos conhecimentos são objetivos esperados em um projeto de P&D, que têm de ser adaptados para diferentes contextos. Por exemplo, espera-se que projetos de pesquisa em universidades busquem avanços inteiramente novos, o mesmo pode ser dito a respeito de projetos planejados e gerenciados por institutos de pesquisa. No setor empresarial, o potencial de novidade do P&D deve ser mensurado através de comparação com o conhecimento da indústria pré-existente ao projeto e este deve resultar em descobertas novas para o negócio, que ainda não foram utilizadas pela indústria. Atividades de cópia, imitação e engenharia reversa, como meios de aquisição de conhecimento, não devem ser considerados P&D.*

Ser baseado em conceitos e hipóteses originais e não óbvias (criativo): *Um projeto de P&D deve possuir como objetivo novos conceitos ou ideias que incrementem o conhecimento existente. Isto exclui de P&D mudanças de rotina para produtos e processos. Como resultado, um projeto de P&D requer a contribuição de um pesquisador. Enquanto atividades de rotina são excluídos de P&D, novos métodos desenvolvidos para executar tarefas comuns são incluídos. Por exemplo, o processamento de dados não é uma atividade de pesquisa até fazer parte de um projeto para desenvolver novos métodos de processamento de dados. Treinamento vocacional é excluído de P&D, mas desenvolver novos métodos para realizar treinamento podem ser considerados P&D. Um novo método para resolver um problema,*

desenvolvido como parte de um projeto, pode ser P&D se seu resultado for original e os outros critérios também forem satisfeitos.

Ser incerto quanto a seu resultado final (incerto): P&D envolve incertezas, que podem possuir diversas dimensões. No início de um projeto de P&D, seu resultado e custo não podem ser determinados precisamente quando comparados com seu retorno previsto. No caso de projetos de pesquisa básica, onde seu objetivo é estender os limites do conhecimento, existe um amplo reconhecimento da possibilidade de não se obter os resultados desejados. Para P&D em geral, há incerteza quanto ao tempo e custos necessários para alcançar os objetivos esperados, também quanto à quais objetivos podem ser alcançados em qualquer nível que seja.

Possuir planejamento e orçamento (sistemático): P&D é uma atividade formal realizada sistematicamente. Neste contexto “sistemático” significa que a atividade é conduzida de maneira planejada, com registros dos processos e de seus resultados. A título de verificação, o propósito do projeto de P&D e suas fontes de financiamento devem ser identificadas. A disponibilidade de tais registros é consistente quando um projeto de P&D visa atender necessidades específicas e tem seus próprios recursos financeiros e humanos. Enquanto o gerenciamento e a estrutura de relatórios descritos acima são mais prováveis de serem encontrados em grandes projetos, isto também pode ser aplicado em pequena escala, onde seria suficiente ter um ou mais empregados ou consultores (considerando os pesquisadores) encarregados da concepção de uma solução específica para um problema prático.

Resultados que possam ser reproduzíveis (reprodutível): Um projeto de P&D deve resultar no potencial para que haja transferência de conhecimento, assegurando seu uso e permitindo que outros

pesquisadores reproduzam os resultados como parte de suas próprias atividades de P&D. Isto inclui projetos de P&D que tenham obtido resultados negativos, no caso onde a hipótese inicial não é confirmada ou no caso de um produto que não pôde ser desenvolvido como pretendido originalmente. Como o propósito do P&D é incrementar o estoque de conhecimento existente, os resultados não podem permanecer tácitos (isto é, permanecer somente nas mentes dos pesquisadores), estando em risco de serem perdidos, assim como todo o conhecimento associado. A codificação do conhecimento e sua disseminação é parte da prática usual em universidades e instituições de pesquisa, apesar de poder haver restrições quanto ao surgimento de conhecimento através de trabalhos contratados ou como parte de empreendimentos colaborativos. No ambiente empresarial, os resultados poderão ser protegidos por confidencialidade ou outros meios de proteção de propriedade intelectual, mas é esperado que este processo e seus resultados sejam registrados para uso por outros pesquisadores no próprio negócio.

6.2. Distribuição por tipo de P&D

Além dos critérios de classificação de atividades de P&D apresentados acima, o manual também faz uma subdivisão de atividades dependente de seu nível, estes são: Pesquisa Básica, Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento Experimental. A seguir será exposto os critérios para subdividir os projetos nestas categorias:

Pesquisa Básica

Pesquisa básica é o trabalho experimental ou teórico empreendido primariamente para adquirir novos conhecimentos de fundamentos subjacentes à fenômenos e fatos observáveis, sem que haja aplicação particular ou uso em vista.

Pesquisa básica analisa propriedades, estruturas e relações com vista em formular e testar hipóteses, teorias e leis. A referência para “aplicação particular em vista” em sua definição é crucial, uma vez que o executor pode não saber as aplicações em potencial do projeto enquanto realiza a pesquisa. O resultado da pesquisa básica geralmente não é vendido, mas é usual que seja publicado em jornais científicos ou circulado entre outros pesquisadores. Ocasionalmente, a publicação da pesquisa básica pode ser restrita por razões de segurança nacional.

Na pesquisa básica, o pesquisador espera ter alguma liberdade quanto aos resultados. Tal pesquisa geralmente é realizada no setor de Educação de alto nível, mas também pode se estender para outros setores, como o governamental. A pesquisa básica pode ser orientada ou direcionada para campos de amplo de interesse, com objetivos explícitos em uma vasta gama de aplicações futuras. No setor empresarial privado também pode-se realizar pesquisa básica, mesmo não havendo aplicações comerciais possíveis a curto prazo. Pesquisa de tecnologias relacionadas à economia de energia podem ser descritas como básicas de acordo com as definições acima se não houver usos específicos em vista. Entretanto, esta pesquisa possui direção específica: aprimoramento da economia de energia. Tal pesquisa neste manual é referenciada como “pesquisa básica orientada”.

Pesquisa básica orientada pode ser distinguida de “pesquisa básica pura” como a seguir:

- Pesquisa básica pura é realizada para o avanço do conhecimento, sem buscar benefícios econômicos e sociais ou fazendo esforço ativo para aplicar os resultados em problemas práticos ou para transferir os resultados para setores responsáveis por sua aplicação.*

- *Pesquisa básica orientada é realizada com expectativas que irão produzir uma ampla base de conhecimento que provavelmente fundamentarão soluções para problemas ou possibilidades reconhecidas/esperadas atuais ou futuras.*

Pesquisa Aplicada

Pesquisa aplicada é a investigação original empreendida para adquirir novo conhecimento. Isto é, entretanto, direcionada primeiramente a algo específico, enfoque prático ou objetivo.

Pesquisa aplicada é empreendida para determinar possíveis usos para descobertas de pesquisa básica ou determinar novos métodos e maneiras de alcançar objetivos específicos e predeterminados. Isto envolve considerar o conhecimento disponível e suas extensões para resolver problemas reais. No setor empresarial a distinção entre pesquisa básica e aplicada é geralmente marcada pela criação de um novo projeto que explore resultados promissores de um programa de pesquisa básica (movendo de uma perspectiva de exploração de resultados internos a longo prazo para curto-médio prazo).

Os resultados da pesquisa aplicada pretendem primeiramente ser válidos para possíveis aplicações em produtos, operações, métodos ou sistemas. Pesquisa aplicada dá forma operacional às ideias. As aplicações do conhecimento derivado podem ser protegidas por instrumentos de propriedade intelectual, incluindo a confidencialidade.

Desenvolvimento experimental

Desenvolvimento experimental é o trabalho sistemático, projetado através de conhecimentos obtidos em pesquisas e experiência prática e que produz conhecimento adicional, que é direcionado a

conceber novos produtos e processos ou melhorar produtos ou processos existentes.

O conceito de desenvolvimento experimental não deve ser confundido com “desenvolvimento de produto”, que é o processo como um todo – desde a formulação de ideias e conceitos de comercialização – com enfoque em trazer um novo produto ao mercado (bem ou serviço). Desenvolvimento experimental é somente um estágio no desenvolvimento de produto: o estágio quando o conhecimento genérico é realmente testado em aplicações específicas necessárias para que tal processo tenha um fim bem-sucedido. Durante o desenvolvimento experimental novos conhecimentos são gerados, e este estágio se encerra quando os critérios de P&D (novidade, incerteza, criatividade, sistematização e reprodutibilidade) deixam de ser aplicáveis. Como por exemplo, no processo de desenvolvimento de um automóvel, as opções de adotar algumas tecnologias podem ser consideradas e testadas para o uso neste automóvel em desenvolvimento: este é o estágio onde o desenvolvimento experimental é realizado. Isto levará a novos resultados ao lidar com novas aplicações de conhecimento geral; isto será incerto, pois os testes podem levar a resultados negativos; isto terá de ser criativo, a atividade foca em uma adaptação de alguma tecnologia para um novo uso; isto será formalizado, sendo necessário o cometimento de uma força de trabalho especializada; e isto envolverá uma codificação, para traduzir os resultados dos testes em recomendações técnicas para os estágios futuros do processo de desenvolvimento do produto.

O conceito de desenvolvimento experimental também não deve ser confundido com “desenvolvimento de pré-produção”, que é usado para descrever, por exemplo, o trabalho não experimental em um produto ou sistema de defesa ou aeroespacial antes que este inicie sua produção. Casos similares se aplicam em outras indústrias. É difícil

definir precisamente o ponto de corte entre desenvolvimento experimental e desenvolvimento de pré-produção; a distinção entre os mesmos requer “análise de engenharia”, ou seja, identificar quando o elemento de novidade cessa e o trabalho se torna desenvolvimento de rotina de um sistema integrado.

Por exemplo, uma vez que um caça tenha passado pelos estágios de pesquisa, demonstração da tecnologia, design e desenvolvimento inicial dos testes de pré-produção com sucesso, diversas fuselagens adicionais podem ser requeridas para assegurar a total integração operacional do veículo no sistema aéreo de defesa. Este processo ocorreria em duas etapas. O primeiro estágio é o desenvolvimento do sistema aéreo integrado de defesa, que envolve acoplar componentes desenvolvidos e subsistemas que nunca se integraram previamente neste contexto. Este desenvolvimento também requer um programa de testes de voo, o que é potencialmente muito caro e representa o maior custo anterior à produção. Enquanto muito do trabalho demandado durante este estágio é desenvolvimento experimental (P&D), parte dele pode não conter os elementos de novidade necessários para a classificação de P&D e é, entretanto, desenvolvimento de pré-produção. O segundo estágio engloba os testes do sistema aéreo integrado de defesa. Uma vez que a funcionalidade do sistema seja comprovada no primeiro estágio, o projeto de desenvolvimento pode seguir para a produção de um lote piloto para testes operacionais (produção em pequena escala), onde a produção em escala real depende do sucesso desta etapa. De acordo com este manual, este trabalho não é P&D, e sim desenvolvimento de pré-produção. Entretanto, problemas podem surgir durante os testes, e novo desenvolvimento experimental pode ser necessário para resolvê-los. Este trabalho é descrito neste manual como “P&D de Feedback” e deve ser incluído no P&D.

7. Atividade de PD&I realizada no ano base 2023

Durante o ano base **2023** a **Up Brasil** realizou 12 atividades de PD&I que puderam ser agrupadas em 3 linhas de pesquisa e desenvolvimento, em virtude dos conceitos tecnológicos envolvidos e dos objetivos definidos pela empresa ao realizá-los.

A seguir serão detalhados os elementos caracterizadores da atividade de PD&I conforme conceitos estabelecidos pela Lei 11.196/2005, em conjunto com o Decreto 5.798/2006 além do Manual de Frascati.

7.1. Atividade de PD&I “Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica”¹

Visando revolucionar a forma como os Estabelecimentos Comerciais criam, gerenciam e promovem campanhas e promoções, propôs-se a integração com novo parceiro tendo em vista maximizar a agilidade e eficiência operacional, o que demandou desenvolvimentos experimentais nos seguintes elementos:

- a) App para usuário final: remodelagem e adaptações no aplicativo destinado ao usuário final, visando oferecer uma interação mais intuitiva e personalizada capaz de garantir que os consumidores acessem de forma rápida e prática as campanhas e promoções, aumentando o engajamento e a satisfação.
- b) Portal EC: desenvolvimento de portal destinado ao Estabelecimento Comercial (EC) que embarca funcionalidades voltadas à criação e gerenciamento das campanhas e promoções de forma autônoma. Por meio dos desenvolvimentos realizados esperava-se viabilizar funcionalidades no modelo de autoatendimento, fornecendo aos comerciantes um controle simplificado, eficiente, descentralizado e personalizado em relação às estratégias de marketing.
- c) Portal Acquire: criação de sistema e soluções capazes de permitir ao time interno gerenciar, revisar e aprovar campanhas, além de acompanhar o desempenho e

¹ Parentz e Atualização de dados (Allan Tacio)

assegurar conformidade. Por meio deste desenvolvimento propôs-se a modelagem, concepção e viabilização de camada sistêmica que fosse capaz de manter a qualidade e integridade do sistema, garantindo que as campanhas atendessem aos padrões estabelecidos e que os dados gerados fossem utilizados estrategicamente.

Esperava-se, por meio das ações de desenvolvimento experimental focadas em atualizações do back-end de maneira a validar a capacidade de integração com plataforma externa por meio de API própria, viabilizar melhoria do onboarding do cliente e otimizar campanhas de push.

Elementos tecnologicamente novos ou inovadores

O elemento inovador proposto é a concepção de um sistema integrado que utiliza inteligência adaptativa para otimizar a usabilidade e o gerenciamento das funcionalidades do aplicativo e do portal EC, ao mesmo tempo em que facilita a migração de servidores externos para uma infraestrutura interna.

A viabilização do sistema contou com os seguintes desenvolvimentos experimentais:

a) Criação de um módulo capaz de analisar a usabilidade do usuário do aplicativo e no portal EC em tempo real, por meio de algoritmos especializados que sugerem e ajustam elementos de interface e fluxo de maneira dinâmica. Diferente das abordagens tradicionais de testes manuais e mapeamento de cliques, foi incorporado na solução algoritmos baseados em comportamento microinterativo que se mostrou capaz de prever padrões em tempo real. A novidade tecnológica decorre da compreensão sobre a combinação scripts distintos de processamento de modo que se mostraram eficazes para emular a precisão e performance alcançada a partir de Redes Neurais Convolucionais e redes recorrentes (LSTMs).

O processo experimental envolveu a criação de pipelines específicos para capturar eventos de interação em microescala, como movimentos de rolagem, tempo de resposta a estímulos e sequências de navegação, sendo posteriormente esses dados submetidos em algoritmos de pré-processamento e alimentados em

modelos combinados que exploraram as capacidades de aprendizado de CNNs para análise espacial e de LSTMs para interpretação de dependências temporais.

Além disso, foram conduzidos experimentos com diferentes configurações de hiperparâmetros, otimizando as redes para contextos específicos de uso no aplicativo e no portal EC, possibilitando não apenas prever padrões de interação, mas também ajustar elementos de interface dinamicamente, criando fluxos personalizados e otimizados para cada perfil de usuário.

Essa inovação tecnológica destaca-se por transcender os limites de soluções baseadas em inteligência artificial convencional, aplicando uma combinação única de ferramentas e modelos de forma adaptativa e em tempo real, resultando em uma experiência significativamente mais eficiente e responsiva para os usuários finais.

- b) Capacitação de scripts dedicados à análise, processamento e transferência de dados da base e, paralelamente, modelar dependências no frontend de maneira dinâmica, escalável e segura, detectando, ainda, conflitos em tempo real e aplicar correções sem que seja necessário intervenção manual.

A novidade tecnológica a respeito da migração de servidores externos para infraestrutura interna decorre da compreensão quanto a utilização de um sistema híbrido de automação, no qual foram integrados pipelines de integração contínua (CI/CD) com scripts que não apenas movem dados, mas reestruturam as dependências do frontend e backend automaticamente. Neste caso, a viabilidade técnico-funcional envolve a experimentação quanto a adaptação de Kubernetes para não apenas orquestrar a migração, mas também para criar um sistema de fallback dinâmico capaz de reverter parcialmente a migração em caso de inconsistências, reduzindo a necessidade de downtime e garantindo a continuidade do serviço.

- c) Criação de painel centralizado capaz de integrar as operações do aplicativo, portal EC e o backend, permitindo a visualização e o controle unificado das novas funcionalidades e da infraestrutura interna. A camada concebida possibilita, ainda

apresentar métricas em tempo real, alertas inteligentes e insights para tomadas de decisão rápidas e assertivas baseadas em modelos analíticos. O diferencial tecnológico proposto envolve a proposição de um modelo de combinação e integração de sistemas e aplicações legadas para que pudessem prover funcionalidades avançadas de análise preditiva de dados em tempo real, superando as limitações conhecidas nos sistemas isolados convencionais. O modelo em questão considera filtragem e normalização de dados em tempo real associado a integração com bancos de dados relacionais em um arranjo de visualização e alertas baseado em eventos

Dentre os diferenciais tecnológicos viabilizados, podem ser citados:

- Redução de custos e tempo com processos repetitivos, minimizando erros humanos;
- Uso de inteligência adaptativa permitindo antecipar problemas e propor soluções em tempo real, aumentando a disponibilidade dos sistemas e aplicações;
- Redução da dependência de servidores externos, garantindo maior controle e segurança dos dados.

Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis

As incertezas tecnológicas enfrentadas no projeto podem ser sumarizadas da seguinte maneira:

1) Contradição técnica em relação à personalização em tempo real vs. performance operacional:

A proposta de ajustar dinamicamente os elementos de interface com base em padrões microinterativos e dados processados em tempo real traz uma contradição técnica significativa em relação à personalização de alta complexidade sem comprometer a performance geral do sistema, uma vez que a carga de processamento gerada pela análise em tempo real pode causar latências, especialmente em situações de uso simultâneo por milhares de usuários.

As incertezas tecnológicas envolviam a compreensão de como viabilizar com que os algoritmos de ajuste dinâmico não sobrecarreguem o pipeline de processamento em cenário de alta demanda, propondo-se como hipótese a conjugação de aplicações legadas para emular o funcionamento de Redes Convolucionais (CNNs) e Redes Recorrentes (LSTMs) para viabilizar ajustes em tempo real, sendo incerta a viabilidade e eficiência para ambientes móveis e de baixa capacidade computacional.

2) Interoperabilidade de sistemas legados e soluções modernas:

A integração de sistemas legados com tecnologias avançadas, como Kubernetes e pipelines CI/CD, representa um desafio técnico em termos de compatibilidade, segurança e consistência de dados, uma vez que os sistemas legados foram projetados para operar isoladamente, o que pode limitar sua capacidade de interagir com as novas funcionalidades.

Neste cenário, as incertezas tecnológicas estavam relacionadas à adaptação de sistemas legados, originalmente projetados para operar de forma isolada, para que fossem capazes de integrar-se de maneira eficiente com Kubernetes e pipelines de integração contínua. A fim de superar as incertezas em questão, propôs-se como hipótese a concepção de mecanismos capazes de reestruturar as dependências do frontend e backend de forma automática, observando-se as interações e interrupções provocadas durante a migração, sendo incerto, especialmente, em contexto de ambiente híbrido. Buscava-se avaliar a capacidade de adaptar tecnologia Kubernetes para criar um sistema de fallback dinâmico, que permitisse reverter parcialmente a migração em caso de inconsistências, exigiu experimentações inovadoras para superar as limitações de compatibilidade e assegurar a continuidade do serviço.

3) Conflito em tempo real na filtragem e normalização de dados:

Desafio decorrente de conflitos no processo de filtragem e normalização de dados em tempo real em função de se considerar o arranjo de múltiplos sistemas e fontes de dados conectados simultaneamente. Dados inconsistentes, atrasados ou mal estruturados podem comprometer a integridade do modelo preditivo e da visualização.

As incertezas tecnológicas envolveram a viabilidade de um sistema de filtragem e normalização de dados em tempo real capaz de lidar com fontes heterogêneas de informações e conflitos originados por inconsistências nos dados.

Propôs-se como hipótese a modelagem de pipelines de ingestão e integração com múltiplos bancos de dados, sendo incerta a capacidade de garantir integridade e sincronização dos dados processados, especialmente em cenários de alta variabilidade e carga de trabalho. A complexidade técnica de normalizar dados de diferentes formatos, sem comprometer a latência, evidenciou a falta de uma solução evidente para mitigar atrasos ou perdas de informações críticas.

Metodologia/métodos utilizados

- 1) Mapeamento e priorização das incertezas com o objetivo de identificar, documentar e priorizar as incertezas tecnológicas mais críticas para o projeto. Nesta fase foram mapeadas incertezas relacionadas à performance (ex.: latência em sistemas móveis), incertezas de compatibilidade (ex.: interoperabilidade entre sistemas legados e modernos) e incertezas de escalabilidade (ex.: capacidade de suportar altas cargas de eventos em tempo real).
- 2) Formulação de hipóteses e experimentação controlada por meio da criação de protótipos de baixo custo para testar funcionalidades específicas em um ambiente controlado, minimizando riscos ao sistema principal. Sobre os protótipos foram conduzidos testes incrementais, simulando condições reais de uso, como altas cargas simultâneas de dados, integração de sistemas legados com pipelines modernos e utilização de métricas específicas para medir a viabilidade das hipóteses, como tempo de resposta, taxa de conflitos resolvidos e eficiência da filtragem de dados.
- 3) Planejamento e implementação iterativa com o objetivo de reduzir a complexidade e gerenciar incertezas por meio de entregas incrementais.
- 4) Monitoramento contínuo e feedback em tempo real, possibilitando detectar antecipadamente e mitigar problemas em tempo real durante o desenvolvimento. Nesta fase foram implementadas ferramentas de monitoramento (ex.: Grafana, Prometheus) para rastrear métricas críticas relacionadas às incertezas, como latência nos pipelines de dados, consistência na integração de sistemas, frequência e

severidade de conflitos em tempo real, configuração de alertas automatizados para notificar a equipe sobre possíveis falhas ou degradação de desempenho e realização de retrospectivas frequentes para ajustar o direcionamento do projeto com base nos dados monitorados.

5) Mitigação de inconsistências e ajustes contínuos por meio do desenvolvimento de planos de contingência para lidar com falhas críticas (ex.: fallback dinâmico no caso de falhas de migração), possibilitando reverter alterações em caso de falhas. Foram realizados:

- a. Testes de stress para validar a escalabilidade e a resiliência do sistema em condições extremas;
- b. Simulação em sandbox para testar integrações e alterações em um ambiente isolado antes da implementação real.
- c. Análise comparativa das abordagens experimentais com padrões estabelecidos na indústria para avaliar a eficiência das soluções experimentais desenvolvidas.

Atendendo aos requisitos legais e infra legais, foram enquadrados somente os dispêndios decorrentes da alocação de horas em atividade necessárias à realização dos projetos, tendo sido excluídas as atividades administrativas e de gestão, limpeza, segurança e manutenção.

Os dispêndios enquadrados para a realização da Atividade de PD&I estão disponíveis e detalhados na planilha de dispêndios (Anexo 02).

Recursos humanos: R\$ 214.273,09

Terceiros: R\$ 93.180,80

Total: R\$ 307.453,89

Atividades desempenhadas pelos terceiros

De acordo com o Art. 4º da IN RFB 1.187/11, § 10º, “Os dispêndios com a prestação de serviços técnicos, (...) contratados com outra pessoa jurídica serão dedutíveis na forma do caput, desde que não caracterizem transferência de execução da pesquisa, ainda que parcialmente.”

A relação de terceiros prestadores de serviços de apoio técnico para o desenvolvimento foi levantada junto à **Up Brasil** através de controle próprios. As notas fiscais referentes aos fornecedores elencados constam no presente Dossiê de Incentivos Fiscais e foram analisados com base nos seguintes critérios: i) adequação da atividade realizada à necessidade dos projetos; ii) correspondência da natureza da empresa com a necessidade dos projetos; e iii) atividades realizadas pelo terceiro. Na ocorrência da falta/inexistência de contrato ou proposta técnica, a análise da nota fiscal e entrevistas com as equipes técnicas permitiram um entendimento quanto ao enquadramento.

Classificação da atividade como PD&I

A classificação de uma atividade como sendo de pesquisa e desenvolvimento deve atender a 5 critérios fundamentais, segundo o Manual de Frascati, referência indicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil para a classificação das atividades de PD&I. São os critérios novidade, criatividade, incerteza, sistematização e reprodutibilidade.

Para a atividade de PD&I “**Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica**” temos o seguinte:

- **Novidade:** O projeto apresenta um caráter inovador ao propor a concepção de um sistema integrado que utiliza inteligência adaptativa para otimizar usabilidade e gestão em tempo real, algo que transcende práticas convencionais. Ele combina tecnologias de análise microinterativa, automação híbrida e integração de sistemas legados, possibilitando ajustes dinâmicos de interface, migração automática de servidores externos para infraestrutura interna e criação de um painel analítico centralizado. A novidade está em como essas tecnologias foram adaptadas e combinadas para resolver problemas específicos, como a criação de fluxos personalizados em tempo real e a reestruturação de dependências de sistemas sem interrupções.;
- **Criatividade:** O projeto demonstra criatividade ao aplicar técnicas conhecidas, como redes neurais convolucionais (CNNs) e redes recorrentes (LSTMs), de maneira não convencional, combinando-as com scripts de processamento

distintos para emular funcionalidades avançadas. Além disso, soluções como o fallback dinâmico para migração de servidores e o uso de regras complexas para prever eventos em tempo real, sem depender de aprendizado supervisionado, evidenciam uma abordagem técnica inventiva. A criatividade também é expressa na integração de sistemas legados com tecnologias modernas, superando barreiras de compatibilidade e ampliando as capacidades operacionais.;

- Incerteza: A viabilidade técnico-funcional de ajustar interfaces dinamicamente em tempo real, mantendo a performance em cenários de alta demanda; A compatibilidade de sistemas legados com novas arquiteturas, como pipelines CI/CD e Kubernetes, em um ambiente híbrido; A eficácia da filtragem e normalização de dados em tempo real para garantir a integridade e consistência de informações provenientes de fontes heterogêneas; E a capacidade de consolidar grandes volumes de dados e gerar insights acionáveis em tempo real sem introduzir latência ou falsos positivos.
- Sistematização: O projeto foi conduzido de forma sistemática, seguindo um processo estruturado:
 - Mapeamento de incertezas: Identificação e priorização de desafios técnicos por meio de análises multidisciplinares.
 - Experimentação controlada: Desenvolvimento de protótipos para validar hipóteses relacionadas às incertezas, como a combinação de algoritmos para ajuste dinâmico e a reestruturação de dependências.
 - Implementação iterativa: Adotou-se um framework ágil para desenvolvimento incremental, com revisões regulares e ajustes baseados em feedback.
 - Monitoramento contínuo: Ferramentas como dashboards e alertas foram utilizadas para avaliar a eficácia das soluções e detectar falhas em tempo real.
 - Documentação: Cada etapa do processo foi registrada, permitindo replicabilidade e aprendizado organizacional.
- Reprodutibilidade: todo o processo de PD&I é documentado, de maneira que todo o conhecimento adquirido com a realização da atividade de PD&I foi registrado e

servirá de paradigma para futuros desenvolvimentos, servindo de base para que novas hipóteses venham a ser testadas.

7.2. Atividade de PD&I “Desenvolvimento Experimental de Soluções Integradas para Benefícios Corporativos com Foco em Escalabilidade e Segurança”²

O ambiente corporativo e de benefícios vem passando por uma transformação significativa, impulsionada pela crescente demanda por personalização, integração de serviços e melhoria na experiência do usuário. Nesse cenário, a necessidade de oferecer soluções que agreguem valor tanto para as empresas quanto para os colaboradores tornou-se essencial para manter a competitividade e atender às expectativas de um mercado em constante evolução.

Este contexto motivou ações de desenvolvimento experimental voltadas aos seguintes aspectos:

- Personalização: criação de soluções customizadas voltadas ao atendimento de regras comerciais específicas ou condições históricas de consumo, a fim de possibilitar novos benefícios para os clientes, como por exemplo a Bonificação de Natal e Up Vantagens;
- Integração: proposições de soluções especializadas voltadas à viabilidade de integração dos sistemas legados e serviços com plataformas externas, como a Premmiar e o Ifood, visando com isso expandir funcionalidades dos produtos existentes e otimizar a experiência dos usuários ao unificar diferentes serviços e um único ambiente;
- Usabilidade: reconstrução do aplicativo de usuários visando oferecer uma plataforma escalável, segura e performática capaz de suportar a inclusão de novas e otimizadas funcionalidades.

² Bonificação fase 2, Bonificação Natal, Up Vantagens, Novo App e App Delivery Ifood (Roseane)

O presente projeto de P&D foi impulsionado pela necessidade de criar novas soluções que abordassem lacunas em funcionalidades, integração e modernização de aplicações em um contexto de transformação digital e inovação no mercado de benefícios, visando superar limitações existentes e introduzir capacidades tecnológicas que agreguem valor ao ecossistema de produtos e serviços oferecidos.

Elementos tecnologicamente novos ou inovadores

A inovação proposta pelo presente desenvolvimento experimental, consiste na criação de uma plataforma modular e escalável capaz de integrar processos de gestão de benefícios, automação de cadastros e autorizações de transações, suportando a personalização e a eficiência operacional.

Podem ser sumarizados os seguintes elementos inovadores tendo em vista a viabilização das soluções:

- 1) Adaptação de modelagem back-end para viabilizar novo serviço de bonificação: adaptação do back-end utilizando modelagem baseada em Java, mas com a aplicação de um sistema híbrido de rotinas automáticas que combinam filas assíncronas (RabbitMQ) com funções serverless, comprovando-se a viabilidade técnico-funcional de permitir a execução diária de cálculos de bonificação com alta eficiência, consolidando relatórios de vantagens em tempo real. A inovação está na adaptação do processamento assíncrono para suportar regras de negócio parametrizáveis e com múltiplos cenários.
- 2) Para substituir processos manuais de cadastro e edição, foi adaptado um modelo de gerenciamento automatizado de usuários utilizando APIs associadas a um sistema de verificação contínua por microsserviços. A novidade decorre da integração adaptativa da API com fluxos de validação em tempo real baseados em eventos (event-driven architecture), reduzindo significativamente o tempo de resposta e permitindo cadastro imediato.
- 3) Refatoração do aplicativo utilizando Flutter, mas com a adoção de um modelo de arquitetura que emprega componentização modular para escalabilidade. A integração de arquitetura limpa (Clean Architecture) com design atômico otimizou o

desenvolvimento de interfaces e fluxos, permitindo a reutilização de componentes e acelerando a entrega de novas funcionalidades. A adaptação da arquitetura incluiu suporte nativo para acessibilidade e segurança aprimorada com o uso de chaves dinâmicas para autenticação de usuários.

- 4) Criação de camada intermediária no sistema de autorização utilizando gateways personalizados capazes de conectar o integrador interno ao fornecedor de meios de pagamento, apresentando-se como diferencial tecnológico a adaptação de fluxos preexistentes de APIs para que suportassem processos de análise transacional de maneira a viabilizar transações de serviços de alimentação, alinhando-se às restrições regulatórias. A camada intermediária foi projetada para ser extensível, permitindo futuras integrações com outros parceiros e serviços.

No âmbito de experimentação buscou-se adaptar tecnologias para criar uma solução integrada que transcende as limitações dos sistemas existentes. A combinação criativa de modelagem de APIs, filas de mensageria RabbitMQ e arquiteturas baseadas em eventos, revelou a capacidade de proporcionar maior eficiência, escalabilidade e segurança, promovendo uma experiência diferenciada para os usuários já que possibilita suportar parametrizações personalizadas e fluxos flexíveis, atendendo às demandas específicas de diferentes usuários e empresas contratantes, observando-se critérios de interoperabilidade e segurança transacional.

Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis

- 1) Incerteza tecnológica relacionada à performance e confiabilidade da rotina de bonificação Natal, especialmente porque o job foi desenvolvido diretamente no banco de dados, uma abordagem que tradicionalmente pode causar gargalos em operações de alta carga. A viabilidade de garantir que o bônus fosse efetivamente creditado no cartão Natal Up, sem falhas ou inconsistências, também trouxe desafios. Além disso, o sistema precisava processar múltiplos cenários de regras de negócio personalizadas, o que exigiu a experimentação com rotinas assíncronas para evitar atrasos ou sobrecargas.

- 2) Integrar uma API relativamente moderna com o sistema legado no contexto do Up Vantagens revelou incertezas significativas relacionadas à compatibilidade de arquitetura. A diferença entre a modernidade da API e a obsolescência do sistema exigiu ajustes experimentais, principalmente nos métodos de autenticação e segurança. A integração apresentou desafios quanto à proteção contra vulnerabilidades comuns e a possibilidade de degradação de desempenho devido às limitações do sistema legado. A experimentação com técnicas de encapsulamento e camadas intermediárias foi necessária para assegurar que a performance e a segurança fossem mantidas.
- 3) Em relação a refatoração do app, a construção de uma nova arquitetura de sistema para o aplicativo introduziu incertezas quanto à capacidade de suportar a expansão futura de serviços e número de usuários. A criação de APIs com estrutura de Swagger e a transição para uma nova linguagem de programação (Flutter) exigiram experimentação com novos fluxos de desenvolvimento e integração. Além disso, a introdução de uma política de segurança mais robusta gerou dúvidas sobre a eficiência e eficácia dos métodos propostos para autenticação, especialmente em um ambiente móvel com variabilidade de dispositivos e sistemas operacionais.
- 4) A integração da API com o parceiro de vouchers (Ifood) trouxe desafios relacionados à sincronização e interoperabilidade entre os sistemas. Garantir a comunicação precisa entre o aplicativo e a plataforma de vouchers, enquanto ajustava o autorizador para classificação de clientes, usuários e produtos aptos ao consumo, apresentou incertezas quanto à consistência e precisão dos dados transmitidos. A introdução de melhorias no fluxo de autenticação, como validações de dados cadastrais, levantou dúvidas sobre o impacto no tempo de resposta do sistema e na experiência do usuário. Foi necessário validar a viabilidade técnico-funcional dessas soluções em um ambiente de alta carga transacional.

O projeto enfrentou contradições técnicas e incertezas quanto à viabilidade técnico-funcional em várias frentes:

- Performance vs. Complexidade: Como garantir alta performance e segurança ao mesmo tempo em que se integrou sistemas antigos com tecnologias modernas.

- Escalabilidade vs. Manutenção: Como criar uma solução que suporte expansão sem comprometer a simplicidade de manutenção.
- Interoperabilidade vs. Confiabilidade: Como assegurar que as integrações entre APIs e sistemas legados sejam confiáveis e resilientes a falhas.

Essas incertezas foram abordadas por meio de experimentação, adaptação de tecnologias e validação contínua, evidenciando o caráter de desenvolvimento experimental do projeto.

Metodologia/métodos utilizados

- 1) Mapeamento inicial: investigação técnica visando identificar, documentar e organizar as incertezas de forma sistemática para direcionar os esforços de pesquisa e desenvolvimento. Nesta fase foram mapeadas as contradições técnicas quanto a performance e complexidade operacional, análise de concorrência sistêmica e performance em diferentes condições de volumetria e estudos orientados à otimização do banco de dados e sua capacidade de integrar com sistemas legados;
- 2) Formulação de hipóteses e experimentação controlada: tinha-se como objetivo validar a viabilidade técnico-funcional das abordagens experimentais propostas, considerando-se hipóteses envolvendo a combinação de filas assíncronas e funções serverless a fim de avaliar o consumo em banco de dados para o cálculo de bonificações.

Foram também criados protótipos para testar as integrações de APIs e sistemas legados utilizando encapsulamento e camadas intermediárias, como hipótese de minimizar incompatibilidades, considerando-se, ainda, testes incrementais com a nova arquitetura do app baseada em Flutter, simulando diferentes cargas de usuário, dados e cenários de expansão.

Nessa fase foram conduzidos testes voltados ao sincronismo e interoperabilidade na integração com o parceiro Ifood em ambiente sandbox para identificar e tratar inconsistências.

- 3) Desenvolvimento e monitoramento contínuo: etapa em que as soluções experimentais foram desenvolvidas e testadas de forma contínua, acompanhada por

calibrações e ajustes técnicos a fim de tratar casos de incompatibilidades e inconsistências.

- 4) Documentação e validação final: etapa de consolidação dos resultados experimentais e validação dos elementos e soluções concebidas frente aos objetivos do projeto e requisitos funcionais almejados.

Contou com a realização de testes de carga e interoperabilidade para a validação técnico-funcional.

Atendendo aos requisitos legais e infra legais, foram enquadrados somente os dispêndios decorrentes da alocação de horas em atividade necessárias à realização dos projetos, tendo sido excluídas as atividades administrativas e de gestão, limpeza, segurança e manutenção.

Os dispêndios enquadrados para a realização da Atividade de PD&I estão disponíveis e detalhados na planilha de dispêndios (Anexo 02).

Recursos humanos: R\$ 349.938,40

Terceiros: R\$ 967.653,83

Total: R\$ 1.317.592,23

Atividades desempenhadas pelos terceiros

De acordo com o Art. 4º da IN RFB 1.187/11, § 10º, “*Os dispêndios com a prestação de serviços técnicos, (...) contratados com outra pessoa jurídica serão dedutíveis na forma do caput, desde que não caracterizem transferência de execução da pesquisa, ainda que parcialmente.*”

A relação de terceiros prestadores de serviços de apoio técnico para o desenvolvimento foi levantada junto à **Up Brasil** através de controle próprios. As notas fiscais referentes aos fornecedores elencados constam no presente Dossiê de Incentivos Fiscais e foram analisados com base nos seguintes critérios: i) adequação da atividade realizada à necessidade dos projetos; ii) correspondência da natureza da empresa com a necessidade dos projetos; e iii) atividades realizadas pelo terceiro. Na ocorrência da falta/inexistência de contrato ou proposta técnica, a análise da nota fiscal e entrevistas com as equipes técnicas permitiram um entendimento quanto ao enquadramento.

Classificação da atividade como PD&I

A classificação de uma atividade como sendo de pesquisa e desenvolvimento deve atender a 5 critérios fundamentais, segundo o Manual de Frascati, referência indicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil para a classificação das atividades de PD&I. São os critérios novidade, criatividade, incerteza, sistematização e reprodutibilidade.

Para a atividade de PD&I **“Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica”** temos o seguinte:

- **Novidade:** criação de uma plataforma modular e escalável capaz de integrar processos de gestão de benefícios, automação de cadastros e autorizações de transações. A novidade reside na adaptação de tecnologias existentes, como filas assíncronas (RabbitMQ) e funções serverless, para processar bonificações de forma eficiente e em tempo real, permitindo a personalização de regras de negócio em múltiplos cenários. Além disso, a refatoração do aplicativo com Clean Architecture e design atômico em Flutter introduz um modelo moderno de escalabilidade e segurança, superando limitações de sistemas obsoletos e oferecendo suporte nativo a acessibilidade e expansibilidade;
- **Criatividade:** compreensão sobre a possibilidade de combinar APIs modernas com arquiteturas baseadas em eventos permitindo a integração de sistemas legados e plataformas externas de maneira segura e eficiente, reduzindo o tempo de resposta e eliminando inconsistências. A criação de uma camada intermediária no sistema de autorização exemplifica o uso adaptativo de fluxos preexistentes, alinhando-os a requisitos regulatórios e novos cenários transacionais. A arquitetura modular e o design atômico implementados no aplicativo garantem flexibilidade e agilidade no desenvolvimento de novas funcionalidades, trazendo soluções diferenciadas ao mercado;
- **Incerteza:** a performance e confiabilidade da rotina de bonificação Natal, desenvolvida diretamente no banco de dados, levantaram dúvidas quanto à capacidade de processar regras personalizadas sem gargalos. A integração de APIs modernas com sistemas legados no Up Vantagens trouxe desafios

relacionados à compatibilidade arquitetural e segurança. Na refatoração do aplicativo, surgiram incertezas quanto à escalabilidade e à eficácia de novas políticas de autenticação em um ambiente com alta variabilidade de dispositivos. Por fim, a integração com o Ifood apresentou riscos quanto à consistência dos dados e ao impacto de validações adicionais no tempo de resposta, especialmente em condições de alta carga transacional;

- **Sistematização:** O projeto foi conduzido de maneira sistemática e organizada, garantindo que as incertezas técnicas fossem tratadas de forma rigorosa. O planejamento inicial incluiu o mapeamento das incertezas e a formulação de hipóteses testáveis para cada desafio identificado. A experimentação controlada foi implementada por meio de protótipos que validaram soluções técnicas, como o uso de rotinas assíncronas para cálculo de bonificações e a criação de camadas intermediárias para integração de APIs. O desenvolvimento iterativo, baseado em metodologias ágeis, assegurou entregas progressivas e a revisão constante das soluções. Ferramentas de monitoramento foram utilizadas para avaliar desempenho e segurança em tempo real, possibilitando ajustes contínuos durante o processo;
- **Reprodutibilidade:** a utilização de tecnologias como RabbitMQ, Flutter e microsserviços, aliada à documentação detalhada por meio de Swagger, facilita a adaptação e integração com novos sistemas. A arquitetura modular e escalável garante que os componentes desenvolvidos possam ser reutilizados e ajustados para atender a demandas específicas de outras aplicações. A metodologia sistemática de experimentação e validação técnica fornece um modelo replicável para tratar incertezas tecnológicas em projetos futuros, assegurando consistência e eficiência em novas implementações.

7.3. Atividade de PD&I “Desenvolvimento de Plataformas Avançadas para Automação, Integração e Escalabilidade em Processos Transacionais”³

O projeto surge em um contexto de transformação digital no setor de benefícios e serviços financeiros, onde a agilidade, eficiência e integração são pilares essenciais para atender às demandas crescentes de clientes e parceiros. A necessidade de superar limitações tecnológicas e operacionais existentes impulsionou a criação de soluções que promovem maior eficiência, automação e personalização.

Dentre as iniciativas de desenvolvimento experimental realizadas ao longo de 2023, destaca-se o BolePix, uma funcionalidade inovadora para pagamentos instantâneos superando a morosidade observada até então, cenário em que os pagamentos eram realizados exclusivamente via boletos e sujeitos ao tempo de compensação bancária, impactando a experiência do cliente e os fluxos operacionais.

Além disso, o desenvolvimento do Cartão Multibenefícios visou modernizar o modelo de cartões corporativos, superando as limitações da estrutura de POS interna, demandando a criação de uma camada de integração com parceiros para emissão de cartões com bandeira, permitindo ampliar a usabilidade e flexibilidade do produto, tornando-o mais competitivo e alinhado às expectativas do mercado.

No âmbito de infraestrutura tecnológica, o projeto PNAS focou na construção de uma nova arquitetura de sistemas visando modernizar o backend e aumentar a agilidade no desenvolvimento de canais digitais e integrações com APIs de parceiros. Dividido em duas frentes estratégicas, o projeto promove uma transformação cultural e tecnológica, adotando novas metodologias e ferramentas que fortalecerão a capacidade de inovação e adaptação da empresa.

Outra frente de destaque é referente à Jornada Saque, desenvolvimento experimental pelo qual se buscava revisar e automatizar processos internos e externos relacionados ao

³ BolePix, Integração MOVA, Jornada Saque, PNAs e Cartão Multibenefícios

produto de saque consignado. Essa iniciativa visa resolver desafios relacionados à triagem e gestão de solicitações, que atualmente enfrentam entraves devido a dados desatualizados e informações de difícil acesso. A modelagem de uma nova aplicação para gestão do consignado, com níveis de acesso apropriados, mostrou-se fundamental para garantir eficiência e conformidade com dados sensíveis.

Por fim, a Integração MOVA é uma iniciativa voltada para automatizar o fluxo operacional do produto MOVA, parceiro de intermediação de crédito. O objetivo era reduzir a dependência de consultores e facilitar solicitações recorrentes, ao mesmo tempo em que moderniza a aplicação e possibilita novas integrações com parceiros estratégicos, ampliando a escalabilidade e a eficiência operacional.

Elementos tecnologicamente novos ou inovadores

- 1) Nova arquitetura para Bolepix: criação de uma nova arquitetura de microsserviços, permitindo maior escalabilidade e flexibilidade, combinado à modelagem e integração via APIs síncronas com parceiros e bancos, possibilitando a geração de chaves Pix. Fez parte do desenvolvimento experimental realizado, a criação dos fluxos de processamento transacional orientados ao processamento de baixa e reproprocessamento de pagamentos em fluxos seguros.

Os experimentos realizados visando comprovar a viabilidade de associar fluxos síncronos de baixa latência com monitoramento contínuo para gerar alta confiabilidade sem comprometer a agilidade operacional, levaram em consideração os seguintes conceitos:

- a) **Orquestração de Serviços**: modelagem de um controlador central para gerenciar fluxos entre diferentes instâncias de serviços, com uso de protocolos de segurança e criptografia de ponta a ponta (TLS 1.3).
 - b) **Monitoramento Automatizado**: criação de uma rotina de monitoramento para validação de pagamentos a cada 30 minutos, com integração direta ao fluxo de liberação de pedidos.
- 2) Integração SWAP para cartão multibenefícios: criação de módulo de integração SWAP para conectar os processos internos de backend às APIs da bandeira

Mastercard, possibilitando a migração de um modelo POS interno para uma solução de aceitação global.

O desenvolvimento envolveu a aplicação de um novo conceito de arquitetura híbrida para conectar múltiplos sistemas heterogêneos, alinhando requisitos locais e externos, por meio das seguintes proposições experimentais:

- a) Implementação de APIs modulares de modo a se avaliar a capacidade de combinar fluxos REST e gRPC como forma de garantir compatibilidade e alta performance em comunicação com o sistema da bandeira;
 - b) Desenvolvimento de mecanismos para sincronização em tempo real das operações do backend com os processos da Mastercard, eliminando inconsistências e atrasos.
- 3) Modernização PNAs: concepção de arquitetura baseada em microsserviços projetada para suportar compatibilidade com aplicações web, facilitando a criação de novos canais digitais e integrações com APIs de parceiros. A novidade tecnológica neste caso residiu na criação de um backend desacoplado capaz de suportar múltiplas aplicações web e integrações, reduzindo tempo de desenvolvimento e custos operacionais.
- A fim de comprovar a viabilidade técnico-funcional das soluções propostas, foram conduzidos experimentos baseados nos seguintes conceitos:
- a) Containers e Orquestração: Uso de Docker para empacotamento de microsserviços e Kubernetes para orquestração, garantindo escalabilidade horizontal e resiliência
 - b) Design de API Gateway: Introdução de um gateway centralizado para roteamento de solicitações, autenticação e proteção contra-ataques, como DDoS.
- 4) Jornada Saque - Simulador e gestão de dados sensíveis: desenvolvimento de aplicação especializada baseada em conceitos de anonimização de dados e simulações baseadas em sandbox, com o objetivo de avaliar a viabilidade de para permitir o acesso a dados por parceiros, com mitigação de riscos associados à exposição de dados sensíveis, possibilitando ainda a digitalização do processo de

simulação de saque no que se refere as parametrizações e configurações de carteira sem necessidade de interação com centrais de atendimento.

- 5) Integração MOVA: criação de camada de integração de serviços via APIs, suportada por ambiente cloud, para automatizar o fluxo operacional do produto MOVA e reduzir a dependência de consultores. A novidade tecnológica explorada envolve a integração de APIs com uma infraestrutura elástica em nuvem, para reduzir a latência das operações e facilitar novas integrações com parceiros.

Para este desenvolvimento experimental foram consideradas as seguintes tecnologias:

- a) APIs em Ambiente Cloud: APIs desenvolvidas para rodar em infraestrutura baseada em AWS Lambda, aproveitando escalabilidade sob demanda e baixo custo operacional.
- b) Modelagem de Fluxos Automatizados: Uso de filas de mensagens (Amazon SQS) para orquestrar solicitações de crédito de forma assíncrona e segura.

Barreiras ou desafios tecnológicos superáveis

- 1) Nova arquitetura para Bolepix: a principal contradição técnica residia em equilibrar a baixa latência dos fluxos transacionais síncronos com a necessidade de monitoramento contínuo e segurança robusta. Foi necessário desvendar como modelar uma orquestração de serviços eficiente, utilizando protocolos de criptografia como TLS 1.3, para garantir a confiabilidade das transações sem comprometer a agilidade operacional. A criação de rotinas automatizadas para validação de pagamentos a cada 30 minutos também levantou incertezas quanto à capacidade de manter a consistência dos dados em cenários de alta carga.
- 2) Integração SWAP para cartão multibenefícios: desafios relacionados à compatibilidade entre fluxos REST e gRPC, buscando combinar esses dois padrões de comunicação para atender aos requisitos de alta performance e interoperabilidade global com a bandeira Mastercard. Era necessário desvendar como sincronizar operações entre o backend e sistemas externos em tempo real, eliminando inconsistências e atrasos. Além disso, a arquitetura híbrida proposta para conectar

sistemas heterogêneos desafiava as abordagens tradicionais de integração, exigindo experimentação para alinhar requisitos locais e internacionais.

- 3) Modernização PNAs: incerteza técnica de criar uma arquitetura baseada em microsserviços capaz de suportar múltiplas aplicações web e integrações com APIs de parceiros. A introdução de containers e orquestração por meio de Docker e Kubernetes trouxe a necessidade de compreender como garantir resiliência e escalabilidade horizontal sem comprometer a compatibilidade com sistemas legados. A inclusão de um API Gateway centralizado para proteger contra-ataques DDoS e gerenciar autenticações levantou dúvidas sobre como balancear segurança e desempenho em um ambiente distribuído.
- 4) Jornada Saque - Simulador e gestão de dados sensíveis: a principal contradição técnica foi criar um sistema que anonimizasse dados sensíveis, garantindo segurança, enquanto permitia acesso controlado por parceiros. Era necessário desvendar como simular operações reais sem expor parametrizações, utilizando ambientes sandbox que replicassem condições de produção com alta fidelidade. Além disso, a automação completa da triagem e gestão das solicitações desafiou as práticas convencionais, especialmente em um contexto de dados dispersos e inconsistentes.
- 5) Integração MOVA: a criação de uma camada de integração baseada em APIs suportadas por infraestrutura elástica em nuvem trouxe incertezas quanto à latência das operações em um ambiente de carga variável. O uso de filas de mensagens (Amazon SQS) para orquestração de fluxos levantou dúvidas sobre a consistência transacional e o tratamento de falhas em fluxos dependentes. Além disso, era necessário explorar como criar uma solução extensível para futuras integrações com parceiros, garantindo flexibilidade e escalabilidade.

Metodologia/métodos utilizados

Os desenvolvimentos foram conduzidos a partir de experimentação interativa com abordagem baseada em dados para avaliar a capacidade de escalabilidade das soluções propostas. As etapas do projeto podem ser sumarizadas da seguinte maneira:

- 1) Diagnóstico e investigação inicial: condução de estudos de caso visando identificar e organizar as incertezas e contradições técnicas considerando, por exemplo, estudos de latência em fluxos síncronos no Bolepix e a compatibilidade de REST/gRPC na integração SWAP.
- 2) Formulação das hipóteses de experimentação: etapa em que foram estabelecidas as hipóteses testáveis para validar as soluções experimentais propostas:
 - a. Nova arquitetura para Bolepix: testar a hipótese de que a combinação de TLS 1.3 com uma orquestração centralizada pode garantir segurança e agilidade operacional. O desenvolvimento experimental contemplou a implementação de um protótipo de orquestração com TLS 1.3 e realização testes de carga e segurança.
 - b. Integração SWAP para cartão multibenefícios: avaliar se APIs modulares híbridas (REST e gRPC) podem atender simultaneamente aos requisitos de compatibilidade e desempenho. Os experimentos incluíram criar APIs híbridas REST/gRPC e simular fluxos de comunicação com a Mastercard.
 - c. Modernização PNAs: validar a hipótese de que a introdução de containers e orquestração pode garantir escalabilidade sem comprometer a compatibilidade com legados. As atividades experimentais, nesse caso, visaram compreender o empacotamento de microsserviços com Docker associado à orquestração com Kubernetes e avaliar resiliência em cenários de alta demanda.
 - d. Jornada Saque - Simulador e gestão de dados sensíveis: testar se a anonimização combinada com um ambiente sandbox pode replicar condições reais sem expor dados sensíveis.
 - e. Integração MOVA: validar se o uso de filas de mensagens (Amazon SQS) em ambiente cloud pode manter consistência e escalabilidade transacional.
- 3) Validação e documentação final: etapa em que foram consolidados os resultados experimentais e documentado o conhecimento adquirido para aplicação futura. Incluiu validar os elementos inovadores com base nos parâmetros definidos nas hipóteses experimentais; documentar as adaptações tecnológicas e as práticas recomendadas para replicação das soluções; e realizar uma análise de custo-benefício das soluções desenvolvidas.

Atendendo aos requisitos legais e infra legais, foram enquadrados somente os dispêndios decorrentes da alocação de horas em atividade necessárias à realização dos projetos, tendo sido excluídas as atividades administrativas e de gestão, limpeza, segurança e manutenção.

Os dispêndios enquadrados para a realização da Atividade de PD&I estão disponíveis e detalhados na planilha de dispêndios (Anexo 02).

Recursos humanos: R\$ 775.131,72

Terceiros: R\$ 785.643,29

Total: R\$ 1.560.775,01

Atividades desempenhadas pelos terceiros

De acordo com o Art. 4º da IN RFB 1.187/11, § 10º, “Os dispêndios com a prestação de serviços técnicos, (...) contratados com outra pessoa jurídica serão dedutíveis na forma do caput, desde que não caracterizem transferência de execução da pesquisa, ainda que parcialmente.”

A relação de terceiros prestadores de serviços de apoio técnico para o desenvolvimento foi levantada junto à **Up Brasil** através de controle próprios. As notas fiscais referentes aos fornecedores elencados constam no presente Dossiê de Incentivos Fiscais e foram analisados com base nos seguintes critérios: i) adequação da atividade realizada à necessidade dos projetos; ii) correspondência da natureza da empresa com a necessidade dos projetos; e iii) atividades realizadas pelo terceiro. Na ocorrência da falta/inexistência de contrato ou proposta técnica, a análise da nota fiscal e entrevistas com as equipes técnicas permitiram um entendimento quanto ao enquadramento.

Classificação da atividade como PD&I

A classificação de uma atividade como sendo de pesquisa e desenvolvimento deve atender a 5 critérios fundamentais, segundo o Manual de Frascati, referência indicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil para a classificação das atividades de PD&I. São os critérios novidade, criatividade, incerteza, sistematização e reprodutibilidade.

Para a atividade de PD&I “**Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica**” temos o seguinte:

- **Novidade:** O projeto apresenta novidades tecnológicas ao introduzir arquiteturas de microsserviços escaláveis para a modernização de processos e sistemas legados, associadas a integrações inovadoras via APIs híbridas (REST/gRPC) e fluxos transacionais síncronos com monitoramento contínuo. A implementação de soluções como sandbox para anonimização de dados sensíveis e a criação de gateways modulares para conectar diferentes sistemas heterogêneos destacam o caráter inovador, superando práticas convencionais de segurança, interoperabilidade e flexibilidade;
- **Criatividade:** A criatividade do projeto está na combinação de tecnologias e conceitos de maneira não convencional, como a orquestração de serviços com TLS 1.3 para segurança em baixa latência, integração REST/gRPC para compatibilidade e performance global, e a modelagem de fluxos automatizados em ambiente cloud. O uso de anonimização de dados sensíveis em conjunto com simuladores sandbox para operações financeiras reforça a exploração de novas possibilidades tecnológicas que transcendem as abordagens padrão, agregando eficiência e personalização;
- **Incerteza:** O projeto enfrentou incertezas técnicas significativas, como garantir a escalabilidade de microsserviços sem comprometer a segurança e a consistência transacional em cenários de alta carga. Contradições como equilibrar monitoramento contínuo e baixa latência, integrar APIs híbridas em sistemas heterogêneos e criar arquiteturas resilientes que suportassem novos canais digitais evidenciaram a necessidade de experimentação detalhada para validar a viabilidade técnico-funcional das soluções;
- **Sistematização:** As atividades foram conduzidas de maneira sistemática, com etapas bem definidas de diagnóstico, formulação de hipóteses, experimentação controlada e validação contínua. Cada componente do projeto foi testado em ciclos iterativos, utilizando ferramentas como Docker, Kubernetes, e AWS Lambda para monitoramento, otimização e ajustes técnicos. O uso de metodologias ágeis

garantiu o desenvolvimento incremental, alinhando resultados aos objetivos de inovação;

- Reprodutibilidade: O projeto apresenta forte potencial de reprodutibilidade devido à adoção de tecnologias amplamente difundidas, como microsserviços, orquestração em cloud e APIs documentadas com Swagger. As soluções foram projetadas para serem modulares, escaláveis e adaptáveis a diferentes contextos e setores, permitindo replicação e integração em novos ambientes de negócios e sistemas com requisitos semelhantes, ampliando o impacto tecnológico do desenvolvimento.

8. Dispêndios com Inovação

A seguir (Tabela 1) apresentaremos um quadro resumo dos dispêndios realizados com as atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica em 2023:

Linha de pesquisa	Nome do projeto	Dispêndio RH	Dispêndio terceiros	Dispêndio total
1	Desenvolvimento de Soluções Adaptativas para Integração e Migração Tecnológica	R\$ 214.273,09	R\$ 93.180,80	R\$ 307.453,89
2	Desenvolvimento Experimental de Soluções Integradas para Benefícios Corporativos com Foco em Escalabilidade e Segurança	R\$ 349.938,40	R\$ 967.653,83	R\$ 1.317.592,23
3	Desenvolvimento de Plataformas Avançadas para Automação, Integração e Escalabilidade em Processos Transacionais	R\$ 775.131,72	R\$ 785.643,29	R\$ 1.560.775,01
Total		R\$ 1.339.343,21	R\$ 1.846.477,92	R\$ 3.185.821,13

Tabela 1 - Resumo de dispêndios realizados com atividades de PD&I no Ano Base 2023

9. Conclusão

Com base nos dados e informações expostas no presente documento, a Inovemos concluiu que se pode comprovar que a Up Brasil investiu em atividades de PD&I durante o Ano Base 2023.

Toda a documentação acessória encontrar-se-á à disposição para a verificação da legalidade de enquadramento das atividades e dispêndios.

10. Referências

- BRASIL. (9 de Abril de 2018). *Decreto 5.798 de 7 de Junho de 2006*. Fonte: Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5798.htm
- BRASIL. (9 de Abril de 2018). *Lei 11.196 de 21 de Novembro de 2005*. Fonte: Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm
- MANUAL DE FRASCATI. (9 de Abril de 2018). *Diretrizes para coleta de dados para relatórios sobre pesquisa e desenvolvimento experimental*. Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico: <http://www.oecd.org/sti/inno/frascati-manual.htm>
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. (s.d.). *Instrução Normativa 1.187 de 29 de agosto de 2011*. Fonte: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=16160&visao=a_notado

Up DIVERSIDADE

CARTILHA



SUMÁRIO

- **Diversidade: Pra Quê?** _____ **Pág. 4**
- **Nós Up diversidade** _____ **Pág. 5**
- **Pilares de atuação do programa Up diversidade** _____ **Pág. 6**
- **Gênero** _____ **Pág. 7 a 16**
 - Expressão de gênero
 - Maternidade e o mercado de trabalho
 - Feminismo
 - Sororidade
 - Home Office nas férias escolares
 - Futuro sustentável ONU mulheres
 - Entendendo o sexismo
 - Assédio sexual e moral
 - Canal de denúncia
 - Pilar gênero
- **Raça e etnia** _____ **Pág. 17 a 18**
 - Colorismo
- **LGBTQIAPN+** _____ **Pág. 19 a 24**
 - Identidade de Gênero
 - Orientação Sexual
 - Sexo Biológico
 - Entenda os termos
 - Homofobia e Transfobia
- **Gerações** _____ **Pág. 25 a 27**
 - Quem é quem?
- **Pessoas com Deficiência** _____ **Pág. 28 a 29**

SUMÁRIO

- **Pluralidade** _____ **Pág. 30 a 32**
 - Gordofobia
 - Xenofobia
 - Diversidade social
 - Diversidade Religiosa
- **SIPAT Up Brasil Virtual** _____ **Pág. 33**
- **O Papel dos embaixadores e dos grupos de afinidades diversidade Up** _____ **Pág. 34**
- **O Papel dos embaixadores e dos grupos de afinidades diversidade Up em cada pilar/guilda** _____ **Pág. 35**
- **Diversidade Up** _____ **Pág. 36**
- **Datas comemorativas** _____ **Pág. 37**



DIVERSIDADE : PRA QUÊ?

A Up Brasil tem um forte compromisso com respeito à diversidade, à equidade, à inclusão e à natureza humana em toda a sua pluralidade.

Um dos nossos valores é a **Equidade** e aqui, levamos isso muito a sério. Prezamos por relações em que haja respeito a todos e todas.

Por isso, lançamos esta **Cartilha Up Diversidade** para falar mais sobre a importância do tema e reforçar nosso compromisso em ser uma empresa em que há representatividade e em que as pessoas são bem-vindas em toda as suas especificidades.

Dessa forma, atuamos alinhados ao **Código de Conduta e Ética da Up Brasil**, fortalecendo o nosso ambiente interno e respeitando todas as pessoas, para que cada um de nós seja quem é, na sua essência. A Up Brasil se compromete a desenvolver e manter uma equipe diversificada e inclusiva, proporcionando chances iguais de reconhecimento e evolução na carreira, independentemente de raça, cor, etnia, nacionalidade, idade, gênero, religião, deficiência, orientação sexual, opiniões políticas ou crenças religiosas.



**VAMOS SEGUIR JUNTOS AS
ORIENTAÇÕES DESSA CARTILHA
E ABRAÇAR O RESPEITO E A
INCLUSÃO NO NOSSO DIA A DIA.**

NÓS SOMOS UP DIVERSIDADE

Cada pessoa é única e faz parte de grupos sociais que são diferentes entre si.

Respeitar a diversidade faz bem para o nosso dia a dia.

A diversidade não cria conflitos: **nós já somos diversos**. Cada pessoa tem características físicas, sentimentos, origem e valores diversos. E vivemos em contextos históricos, sociais, políticos e econômicos que nos diferenciam ainda mais.

Temos grupos sociais formados por quem tem características parecidas, por exemplo existem pessoas com orientação sexual, raça, gênero, faixa etária, deficiência, por exemplo.

**Geralmente pertencemos a mais de um desses grupos.
O nome disso é interseccionalidade.**

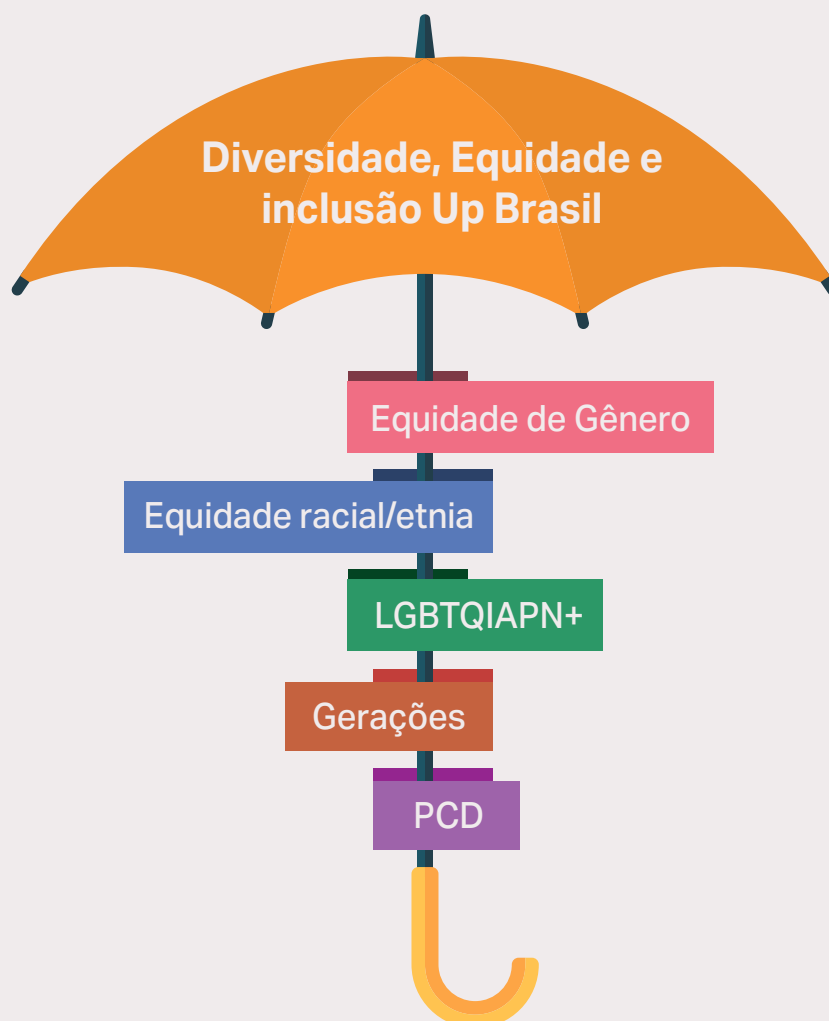


PILARES DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA UP DIVERSIDADE

Aqui na Up Brasil, nosso foco de atuação são os seguintes pilares: **Equidade de gênero, equidade racial/etnia, LGBTQIAPN+, gerações e pessoas com deficiência (PCD).**

Por acreditar no respeito às diferenças, foi criado em Junho de 2022 o programa Diversidade, Equidade e Inclusão da Up Brasil. Esse programa tem como objetivo criar uma cultura de inclusão e de diversidade na Up Brasil, conectando as pessoas às causas inclusivas, solidárias e socialmente responsáveis.

Vamos identificar como entender e respeitar cada uma delas?



GÊNERO

A Up Brasil não tolera situações de menosprezo e desrespeito humano.

Temos o orgulho em apresentar a estatística de gêneros na Up Brasil, pois mais da metade do nosso quadro de colaboradores são formados por mulheres **(56%)***

* Fonte: base cadastral Up – Agosto/2024

É inaceitável duvidar da capacidade de uma colaboradora apenas pelo fato de ser mulher, impedindo-a de participar de atividades complexas ou estratégicas.



Dicas Up

- Recomendamos evitar a prática de fazer comentários sobre a aparência e corpo de uma mulher de forma sexual ou pejorativa.

A Up Brasil incentiva ações e trabalha para reconhecer as mulheres em prol da alta performance por meio do Programa UP Talent, que mapeia a performance das nossas colaboradoras.



Expressão de gênero:

Expressão de gênero é o modo como cada indivíduo se expressa no mundo. Roupas, linguajar, voz, estilo, comportamento – características socialmente associadas ao universo feminino ou masculino.

Maternidade e o mercado de trabalho:

Segundo o IBGE realizado em março de 2021, apenas 54,6% das mães de 25 a 49 anos que têm crianças de até três anos em casa estão empregadas.

Na Up Brasil, **49%** das mulheres são mães.

Fonte – base cadastral Up – Agosto/2024

Feminismo:

Feminismo é um movimento social de “quebra” da hierarquização dos sexos, do sexismo e do machismo, reivindicando equidade de direitos entre homens e mulheres.

Sororidade

O conceito de sororidade está fortemente presente no feminismo e é definido como um aspecto de dimensão ética, política e prática deste movimento de equidade entre os gêneros.

A sororidade é um dos principais alicerces do feminismo, pois sem a ideia de “irmandade” entre as mulheres, o movimento não conseguiria ganhar proporções significativas para impor as suas reivindicações.

Home Office nas férias escolares:

O Home Office nas férias escolares permite que pais solo e mães Up com filhos até 14 anos trabalhem remotamente por até 8 dias úteis por ano durante as férias escolares de seus filhos, proporcionando flexibilidade para conciliar responsabilidades familiares e profissionais. As semanas podem ser divididas entre dezembro, janeiro, junho e julho.

Todos os colaboradores CLT que são pais ou mães e pais solo que tenham filhos com até 14 anos de idade.

Mecânica para usufruir do benefício

Duração

Os pais e mães Up podem optar por trabalhar remotamente por um período de até oito dias úteis por ano, podendo ser dividido em dezembro, janeiro ou junho e julho, durante as férias escolares de seus filhos.

Elegibilidade

Esta opção de home office durante as férias escolares está disponível apenas para pais solo ou mães Up.



Futuro sustentável ONU mulheres:

Igualdade hoje para um futuro sustentável

Para o Dia Internacional da Mulher 2022, a ONU Mulheres está colocando sua luta pelo progresso da igualdade de gênero no contexto da crise climática.

Na 66ª sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher, os participantes examinarão as oportunidades a serem criadas para promover desenvolvimento sustentável e maior igualdade entre os sexos.

Você sabia?

80%* dos refugiados climáticos (pessoas forçadas a deixar o lugar onde vivem, de maneira temporária ou permanente, em virtude de eventos climáticos e ambientais) são mulheres.

71%* das mulheres dizem ter adotado um estilo de vida mais ético em 2021 do que no ano anterior, em comparação com 59% dos homens.

* Fonte: Diversidade News do Grupo Up – Março/2022

Entendendo o sexismo:

Comportamento sexista

Qualquer ato relacionado ao gênero de uma pessoa, que tem o propósito ou o efeito de violar a sua dignidade ou criar um ambiente intimidador, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo.

Sexismo benevolente

É a prática de atribuir características e papéis específicos para mulheres e homens. Também pode assumir a forma de observações patriarcais que infantilizam as mulheres ou perpetuam desigualdade de gênero.

Assédio sexual e moral

A Up atua para construir um ambiente de trabalho seguro e ético, visando proteger a integridade dos colaboradores, fortalecendo a cultura de respeito e de diversidade para erradicar comportamentos abusivos e promover um espaço onde todos se sintam valorizados.

A ética deve ser sempre o alicerce sobre o qual todas as relações profissionais são construídas, garantindo que a dignidade de cada colaborador (a) seja sempre preservada.

Você sabe o que é Assédio Moral e Sexual?

Assédio Moral: conduta abusiva efetuada de forma intencional e frequente que visa impactar negativamente a integridade física ou psicológica de qualquer pessoa.

Alguns exemplos de Assédio Moral em local de trabalho:

- Impor metas abusivas ou de difícil atingimento;
- Atribuir apelidos constrangedores ou pejorativos;
- Brincadeiras ofensivas e constrangedoras; e
- Acusar o trabalhador de erros que não existem de fato.

Assédio Sexual: comportamento indesejado de caráter sexual sob a forma física e/ou que visa constranger ou pressionar a vítima, criando um ambiente hostil, com o objetivo real ou aparente de obter vantagens e/ou favores sexuais.

Alguns exemplos de Assédio Sexual em local de trabalho:

- Contar piadas com o cunho sexual;
- Chantagem em troca de benefícios e/ou para evitar prejuízos;
- Compartilhar imagens explicitamente sexuais; e
- Tocar, abraçar e beijar sem permissão.

Mais de 50% das pessoas em todo o mundo já sofreram assédio sexual e somente 1% dos casos é denunciado

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Para o enfrentamento contra o assédio sexual e moral, a Up realiza palestras e workshops para maior sensibilização das pessoas e também disponibiliza o canal de Denúncias para maior acolhimento interno.



Canal de denúncia

A área de RH da Up é responsável por orientar, informar e apoiar os colaboradores e colaboradoras em questões de assédio sexual e comportamento sexista.

Mas a Up Brasil também tem um canal de denúncia que aceita denúncias de violência contra mulheres, assédio moral, assédio sexual, situações como abuso de poder, agressão física, discriminação dentre outras situações.

Esse canal é mantido pela Up Brasil e tem como objetivo promover e fortalecer a cultura de integridade, de modo sigiloso e efetivo, contribuindo para um ambiente de trabalho cada vez mais ético.

Se você identificar situações que configurem em assédio moral e/ou sexual, assim como que impactem os valores da Up, entrem em contato com o nosso canal de denúncias. O acesso ao canal de denúncia é online. O endereço é: <https://www.canalconfidencial.com.br/upbrasil/> ou pela intranet no seguinte caminho (intranet.upbrasil.com > departamentos > Riscos e Compliance > Canal de Denúncia).

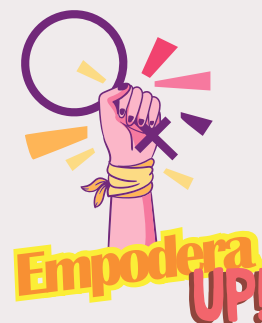
Quem pode usar o canal: colaboradores, terceiros, clientes e fornecedores. As denúncias podem ser anônimas ou identificadas.



Pilar gênero:

Programa Empodera Up

Faz parte da estratégia corporativa da Up reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres, que representam a maioria [56%] e uma importante parcela da nossa liderança [37%]. Portanto, investir em um Programa de Empoderamento feminino é essencial, para fortalecer o papel das mulheres, tanto como profissionais quanto em suas vidas pessoais, incentivando-as a buscar e conquistar o “seu lugar” e assim reafirmamos o nosso compromisso com a equidade e a diversidade na Up.



Público-Alvo: Participam todas as mulheres da empresa, incluindo todos os cargos (jovens aprendizes, estagiárias, assistentes, analistas, especialistas, coordenadoras, supervisoras e gerentes sêniores)

Formato: Palestras e treinamentos presenciais e/ou online, mentorias individuais com as lideranças femininas. Cada turma tem capacitação semestral com formatura ao final do processo.

Programação do Programa Empodera Up:

- 1 palestra magna para lançamento do Programa com temas voltados ao pilar gênero.
- 4 encontros presenciais e/ou online de formação com a duração de 3 horas e meia cada (pautas relacionadas ao autoconhecimento, saúde mental e produtividade/autogestão)
- Módulo 1: Autoconhecimento
- Módulo 2: Saúde mental (Como sermos produtivas, sem adoecer)
- Módulo 3: Produtividade e autogestão
- Módulo 4: Diálogos de Carreira
- 1 encontro de encerramento com todas as participantes
- 1 encontro presencial/online para a liderança feminina
- 2 treinamentos de mentorias para as líderes femininas
- Reuniões de mentorias da liderança feminina com as colaboradoras

Os módulos do Empodera Up apresentam conteúdos voltados para saúde, segurança do trabalho e empoderamento feminino, atendendo as necessidades das mulheres e potencializando a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres



Cultura da Equidade de Gênero:

- Uma iniciativa que apoia e fortalece a cultura da diversidade empreendedora entre as mulheres da Up Brasil, por meio da capacitação, conexão e desenvolvimento pessoal para inspirar e empoderar as mulheres na empresa.
- A Up Brasil buscará continuamente progressos alcançados nesse Programa para alcançar cada vez mais a igualdade de gênero na Up entre homens e mulheres.

Participação das mulheres colaboradoras nas reuniões Conselho de Administração da Up:

Anualmente são eleitos 2 colaboradores, sendo um homem e uma mulher para representar a Up Brasil nas reuniões de Conselho da Up Brasil e o papel deles é assistir às reuniões do Conselho, levar questões e necessidades da Up Brasil e cascadear as informações recebidas com o restante da empresa. Portanto, é mantida a proporção de ter 50% de mulheres nessa ação.

Paridade salarial e equivalência de benefícios:

Garantir a equivalência salarial e de benefícios em relação à proporção do salário de um(a) colaborador(a) em relação a outro que trabalhe em cargo idêntico, com as mesmas descrições de atividades independente de gênero, etnia ou gerações.

A Up Brasil atua com tabela salarial única independente do gênero, ou seja, a faixa salarial é a mesma quando ocupado o mesmo cargo entre homens e mulheres

Atração e Seleção

(Contratação e promoção por habilidades e não exclusivamente por currículos ou títulos acumulados na carreiras). Em caso de empate nos processos seletivos, dá-se preferência para a contratação de mulheres. Revisão de processos para reduzir a incidência dos vieses inconscientes

Censo Up Diversidade

Aplicação anual do Censo Up Diversidade, para conhecer os dados demográficos e necessidades internas, para a estruturação de ações para garantir o cumprimento e a potencialização da diversidade, da equidade e da inclusão, visando construir um ambiente cada vez mais respeitoso e plural.

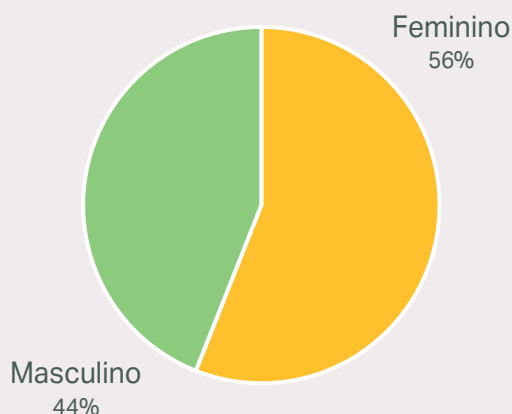
Formato: Aplicação de pesquisa quantitativa online, através de questionário simples e objetivo anônimo e confidencial.

Ações pós Censo: A partir dos resultados, são estruturadas ações junto com os embaixadores e grupos de afinidades para a melhoria da equidade das mulheres na empresa.

Distribuição dos colaboradores por gênero na UP Brasil

Base Agosto 2024

- Masculino
- Feminino



Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de “brincadeira”. Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Nunca use expressões preconceituosas como exemplo: “Ela dirige muito bem, até parece um homem!”.
- Nunca interrompa uma mulher constantemente, impedindo-a de concluir sua ideia - Manterrupting.
- Nunca se aproprie da ideia de uma colaboradora para levar os créditos no lugar dela) – Bropriating.
- Explicar para uma mulher algo que ela já sabe ou ser didático em temas que ela seja especialista – Mansplaining.
- Sugerir que uma mulher é instável emocionalmente ou sem inteligência emocional – Gaslighting.
- Jamais associe mulheres a ideias de fragilidade, sensibilidade, maternidade, emoção e outras, que não seriam aplicáveis a homens.
- Jamais deve-se assediar mulheres por meio de abordagem ou agressão física, chantagem ou diálogos inapropriados e/ou ofensivos por obter vantagens sexuais ou de qualquer natureza.



RAÇA E ETNIA

Ainda nos dias de hoje encontramos pensamentos e situações racistas presentes nos mais variados ambientes.

A Up Brasil não tolera estereótipos e ideias que inferiorizem pessoas negras e tem como princípio fundamental que cada pessoa tenha o direito ao respeito e à dignidade humana.



Portanto, qualquer comportamento ou ação que possa conflitar com esse princípio, é proibido.

Dicas Up

- A Up Brasil não tolera em qualquer contexto, o uso de expressões racistas.
- Chame qualquer pessoa pelo seu nome e não por uma característica física.
- A cor de pele não define caráter, capacidade ou competência profissional.
- É considerado como racismo qualquer comentário sobre cabelo, aparência física ou vestimentas.



Colorismo:

O Colorismo faz referência à diferenciação das pessoas negras pelo tom da pele, classificadas entre mais claras e mais escuras, e como isso muda a forma como elas são lidas pela sociedade. Ou seja, a pessoa negra de tonalidade de pele mais escura sofre mais preconceito do que a de tonalidade mais clara.

O colorismo é a discriminação pela tonalidade da cor da pele da pessoa.

A discriminação racial por qualquer público deve ser enfrentada com diálogo firme e respeitoso.

Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de "brincadeira". Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Substitua termos que colocam as pessoas negras com sentido negativo pelos seguintes termos sugeridos: "Mercado Negro" = "Mercado paralelo" | "Humor Negro" = "Humor ácido" | "Lista Negra" = "Lista proibida" | "Não sou tuas negas" | "inveja branca" | "moreno" = "negro / preto" | "A coisa tá preta" = "A coisa tá feia/ruim".
- Não se refira a uma pessoa negra como "mulata" | "negrão" | "negrona". Chame qualquer pessoa pelo seu nome, independente do nível de intimidade.
- Não usar os termos: "Cabelo ruim" | "Da cor do pecado" | "Cabelo de bombрил" | "coisa/serviço de preto" | "magia negra".
- Nunca usar a expressão: o fulano "é preto de alma branca".
- Pessoas pertencentes a etnias diferentes devem ser respeitadas e tratadas de forma cordial.
- Não usar o termo "judiar" pois significa tratar judeus como foram tratados durante o holocausto.
- Nunca utilizar o termo "inveja branca".

LGBTQIAPN+

Significado da sigla



- L** Lésbicas
- G** Gays
- B** Bissexuais
- T** Transgêneros, transexuais e travestis
- Q** Queer, ampla gama de identidades de gênero e orientações sexuais
- I** Intersexo
- A** Assexual
- P** Pansexual
- N** Não binário
- +** Um símbolo que representa a inclusão de outras identidades de gênero e orientações sexuais não especificadas na sigla principal, refletindo a diversidade e a evolução contínua das identidades.

LGBTQIAPN+

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, preconceitos como a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia são responsáveis por tirar a vida de uma pessoa a cada 16 horas. Jamais utilize termos pejorativos, em nenhum contexto, para que se referir a alguém que seja desse grupo social. Fique por dentro dos conceitos que ajudam a respeitar a diversidade LGBTQIAPN+:

Identidade de Gênero:

Refere-se à identificação com esse gênero.

Agênero: Não se identificam com nenhum gênero, ou que têm uma identidade de gênero que é neutra ou indefinida.

Cisgênero: Pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhes foi atribuído ao nascer.

Gênero fluido: Pessoas cuja identidade de gênero pode variar ao longo do tempo, ou pode mudar em resposta a diferentes situações.

Intergênero: Pessoas cuja identidade de gênero está entre os gêneros masculino e feminino ou que transcende essas categorias.

Transgêneros, travestis e transexuais: Pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi atribuído ao nascer.

Crossdresser: Aquele que se veste com acessórios e roupas associadas a um gênero diferente do seu. A prática não está relacionada à sua orientação sexual.

Drag Queen ou Drag King: Normalmente, é associado aos homens que usam roupas do gênero feminino para uma performance.

Não binário: Pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa exclusivamente nas categorias de masculino ou feminino.

Genderqueer: Semelhante a não-binário, refere-se a uma identidade de gênero que desafia ou subverte as normas tradicionais de gênero.

Queer: Um termo abrangente que pode se referir a uma ampla gama de identidades de gênero e orientações sexuais que não se conformam com as normas heteronormativas.

Orientação Sexual:

Diz respeito a qual ou quais gêneros uma pessoa se atrai. É como se caracteriza o desejo sexual predominante de uma pessoa. Se é por pessoa de gênero diferente, igual ou de mais de um gênero.

Lésbicas e gays: Atração homossexual.

Bissexuais: Atração por ambos os gêneros.

Heterossexuais: Atração pelo gênero oposto.

Bissexual ou Pansexual: É a atração sexual, romântica ou emocional em relação às pessoas, independentemente de seu sexo ou identidade de gênero.

Demissexual: Atração sexual que surge somente após um vínculo emocional profundo ter sido estabelecido com outra pessoa.

Sáficas: Termo guarda-chuva para falar de todas as mulheres ou pessoas transfemininas que se relacionam com mulheres ou pessoas transfemininas.

Assexual: É a falta de atração sexual por qualquer pessoa, ou pequeno ou inexistente interesse nas atividades sexuais humanas.

Queer: É uma categoria ampla, que abriga as diferentes identidades da comunidade LGBTQIAPN+.

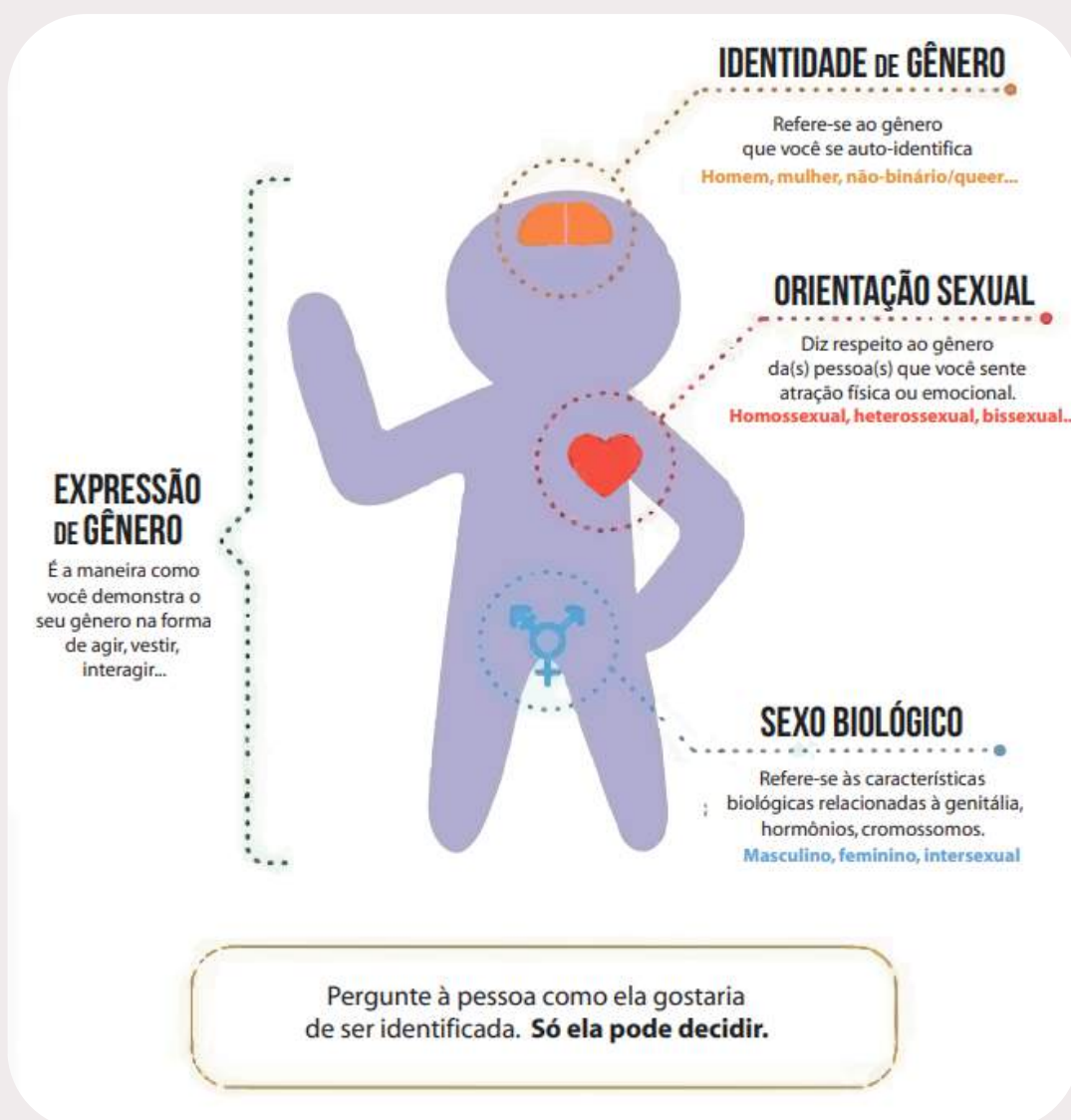
Sexo biológico:

Tem relação com a genitália, ou seja, é algo biológico relacionado à designação de gênero de alguém ao nascer (masculino ou feminino). Intersexuais têm variações biológicas que não necessariamente se encaixam na definição binária (homem / mulher).

Dicas Up

- No caso de pessoas transgêneras, travestis e transexuais, sempre se refira a essas pessoas conforme a identidade do gênero delas.
- Mantenha sempre a forma de tratamento equivalente à identidade de gênero com a qual a pessoa se apresentou, e não a identidade que você acha que deve ser.
- Nunca faça perguntas que exponham a intimidade de alguém.

Entenda os termos:



Fonte:

Cartilha: O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI, 2017.

Homofobia e Transfobia:

Homofobia é uma violação do Direito Humano fundamental de liberdade de expressão da singularidade humana, revelando-se um comportamento discriminatório.

Transfobia é uma forma de aversão às pessoas Trans e se manifesta em diferentes ações de preconceitos, sejam explícitos ou velados. Esse preconceito deriva da não aceitação da manifestação individual dessas pessoas.

Lesbofobia é a derivação da homofobia, em que a pessoa é discriminada por ser mulher e por ser homossexual.

Bifobia é a deslegitimação da sexualidade de um bissexual e qualquer reação de ódio ou aversão por conta.

Dicas Up

- Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser considerado crime.



Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de "brincadeira". Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Nunca use expressões preconceituosas como exemplo: "Eu não tenho nada contra pessoas homossexuais, eu até tenho amigos gays!"
- Nunca use a orientação sexual para menosprezar a capacidade profissional de alguém.
- Jamais utilize termos pejorativos como "bicha", "sapatão", "traveco", "viadinho".
- Não faça perguntas de cunho pessoal em diálogos formais ou informais.
- Enxergar colegas homossexuais como "frescos" é uma atitude homofóbica e intolerável.
- No caso de transgêneros, travestis e transexuais, sempre se refira a essas pessoas conforme a identidade de gênero delas.
- Nunca faça perguntas como "qual o seu nome de verdade".
- Nunca use o termo "Vire homem" por ser ofensivo, homofóbico e machista.
- Trocar o termo "opção sexual" por "orientação sexual".
- Nunca perguntar quem é o homem ou a mulher da relação. Esse tipo de pergunta é homofóbica



GERAÇÕES

Diferentes gerações podem conviver em um mesmo ambiente. Todas elas merecem respeito, afinal todas têm capacidade e habilidades diferentes que contribuem para a diversidade na empresa.

Toda e qualquer vaga deve ser ocupada por profissionais de qualquer idade. Por isso, a diversidade etária no trabalho se tornou um desafio cultural.



De olho na segmentação das gerações:

Geração Baby Boomers (1945-64)

Geração X (1965-79)

Geração Y – Millennials (1980 – 94)

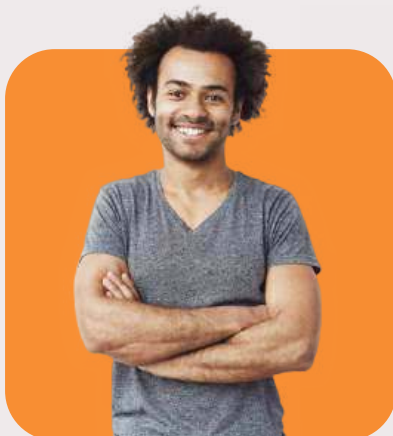
Geração Z (1995 – atual)



Baby Boomers



Geração X



Geração Y



Geração Z

Quem é quem?

Baby boomers:

São a geração da TV. Acostumados com a estabilidade, tendem ser mais conservadores e tradicionais. Pessoas dessa geração, preferem construir carreira na empresa.

Geração X:

Essa geração viu surgir o celular, o computador, o e-mail e a impressora. Almeja a estabilidade profissional, assim nasceu uma geração empreendedora e proativa.

Geração Y / millenials:

Geração aberta à diversidade e teve mais acesso à educação. Desafiam constantemente o status quo e valorizam empresas que se preocupam com a saúde e o bem-estar dos colaboradores.

Geração Z:

Geração que já nasceu conectada.

Todas elas merecem respeito, afinal todas têm capacidade e habilidades diferentes que contribuem para a diversidade na empresa.

Toda e qualquer vaga deve ser ocupada por profissionais de qualquer idade. Por isso, a **diversidade etária** no trabalho se tornou um desafio cultural.

Aqui na Up Brasil, trabalhamos com jovens aprendizes, capacitando-os desde cedo para acelerar a curva de aprendizado. Valorizamos também a experiência adquirida por cada profissional e, portanto, as pessoas que estão na senioridade têm o seu valor, respeito e as mesmas oportunidades.



Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de “brincadeira”. Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Evite comparar o desempenho de um funcionário mais velho com um mais jovem de forma que sugira que um grupo é mais competente do que o outro com base apenas na idade. Essas comparações injustas podem levar a sentimentos de desvalorização e desmotivação.
- Jamais atribua tarefas ou projetos com base na idade, como assumir que funcionários mais velhos não são adequados para tarefas tecnológicas. ou fazer comentários como “Quando você começou, o telefone ainda tinha fio, não é?”. Esse tipo de piada pode desvalorizar a experiência e o conhecimento de um colega mais velho.
- Nunca faça perguntas como “Você já está pensando em se aposentar? Deve estar perto disso, não é?”
- Não faça piadas como “Você é jovem demais para entender isso. Melhor deixar para os mais experientes.” Isso pode desvalorizar o conhecimento e as habilidades que os funcionários mais jovens já possuem.
- Nunca ignore sugestões ou opiniões de funcionários mais jovens sob a suposição de que eles não têm experiência suficiente. Isso pode criar um ambiente onde os funcionários mais jovens se sentem desvalorizados e menos engajados.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Segundo o Ministério da Saúde, 24% da população é composta por pessoas com deficiências de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.



Dicas Up

- É muito importante saber como falar e se relacionar de maneira respeitosa com alguém com deficiência.
- Sempre utilize “pessoa com deficiência” e não “pessoa com necessidades especiais”. Todo mundo tem necessidades.
- Nunca use palavras como “deficiente” “aleijada” ou “outras expressões pejorativas”.
- Deficiência não é sinônimo de doença ou ineficiência.

Pessoas cegas

Pessoas surdas

Cadeirantes

Pessoas com deficiência intelectual

Pessoas com deficiência física

Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de "brincadeira". Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Evite ideias que coloquem uma pessoa com deficiência como "coitadinha" ou, ao contrário, como heroína da superação. Trate essa pessoa de forma igualitária.
- Se uma pessoa cega estiver acompanhada, não tente falar com o acompanhante. Para falar com pessoas cegas, identifique-se ao começar a conversa.
- Com pessoas surdas, de forma alguma fale ao estilo "sílabas por sílabas". Você pode fazer o uso da comunicação escrita ou mesmo recorrer a aplicativos como o Live Transcriber ou o Surdos Ajuda.
- Não use termos como "criado mudo" e nem surdo-mudo. Afirmar que todas as pessoas surdas são sempre mudas é incorreto.
- Jamais tente pegar um cadeirante no colo ou usar a força para levar uma pessoa com essa condição. Pergunte se a pessoa deseja a sua ajuda.
- Não usar o termo "Que mancada" ou "capenga".
- Nunca ignore uma pessoa com deficiência intelectual. Interaja com essa pessoa como você faz com todas as outras pessoas e nunca tente super protegê-la. Nunca utilizar as seguintes expressões preconceituosas: retardado, débil, imbecil, idiota, demente, mongol e outros. Esses são termos capacitistas e ofendem pessoas com deficiência.
- Não use expressões como "A equipe não tem perna/braço para fazer isso". Prefira usar a seguinte expressão "A equipe não tem recursos suficientes".
- "Achei que você era normal": não utilizar essa expressão para se referir para falar que uma pessoa com deficiência não parecem ter a deficiência.

PLURALIDADE

Pluralidade refere-se à presença e à aceitação de uma ampla gama de diferenças e características individuais dentro de um grupo. Na Up, isso significa reconhecer e valorizar a diversidade de experiências, origens, identidades e pensamentos que cada colaborador traz para a organização.

Gordofobia

Gordofobia é o termo utilizado para descrever preconceito com pessoas gordas.

Dicas Up

- Não use características físicas para identificar pessoas
- Não presuma que uma pessoa gorda esteja tentando emagrecer sem sucesso;
- Evite comentar sobre peso.
- Evite termos como “fofinho(a)”, “gordinho(a)” ou “cheinho(a)”.

Xenofobia

O termo xenofobia é usado para nomear a aversão a pessoas ou coisas estrangeiras. **É, portanto, atitude preconceituosa com diferentes culturas e regiões.**

A xenofobia está geralmente relacionada ao fato de que o indivíduo tem a ideia de que a própria cultura é superior às outras.



A Up Brasil não tolera qualquer tipo de atitude preconceituosa relacionada à cultura das pessoas. Fazemos parte do grupo Up, uma multinacional francesa que está presente em 28 países e, portanto, deve-se respeitar a cultura de cada país e região, valorizando essa rica diversidade.

É dever da Up Brasil garantir que seus colaboradores e colaboradoras, independente da origem, tenham não apenas as mesmas oportunidades de crescimento, mas também respeito e acolhimento.

Diversidade social

A diversidade social engloba o conjunto de diferenças e variáveis que definem a cultura, classe social, educação, gênero e etnia das pessoas. A partir desses fatores, são formados os grupos sociais com características e estilos de vida próprios.

Nem todos os grupos sociais possuem as mesmas oportunidades. O principal fator de desigualdade é o acesso à educação e a ascensão na carreira profissional. Segundo o IBGE a taxa de desocupação escolar é sempre maior para os pretos e pardos, quando considerados os mesmos níveis de escolaridade.

Verifica-se também que a taxa de ingresso ao ensino superior dos alunos vindos da rede privada é mais do que o dobro da rede pública.

É exatamente por isso que a Up Brasil está aberta a incluir e aceitar diferentes grupos, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de carreira para pessoas de grupos menos favorecidos.

Diversidade religiosa

A diversidade religiosa deve ser respeitada e as pessoas não podem ser constrangidas, humilhadas ou desqualificadas em função de suas crenças, incluindo aqui a falta de fé religiosa ou ateísmo.

Discriminação de qualquer natureza a pessoas por aparência ou suposições de que possua esta ou aquela religião constitui prática de discriminação religiosa.

De acordo com censo de 2010, há no país seguidores de fé Católica, evangélica e espírita, do candomblé, umbanda, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo e tradições indígenas, entre outras.

A Up Brasil valoriza a convivência com diferentes religiões e respeita as diversas culturas.

Essa brincadeira não tem graça!

Algumas frases e expressões usadas no cotidiano apresentam traços de preconceito e devem ser evitadas, mesmo que ditas de "brincadeira". Afinal, são brincadeiras que não têm graça!

- Nunca use o termo gordice. A expressão faz referência a pratos e guloseimas cheias de calorias.
- Baianagem ou baianada: não utilizar. São termos pejorativos e xenofóbicos para dizer que algo foi feito de forma errada ou mal feita.
- Evite qualquer humor que perpetue estereótipos sobre religião ou qualquer outra característica pessoal. Essas piadas podem reforçar preconceitos e criar um ambiente hostil.
- Comentários sobre a aparência física de alguém, como peso, altura, ou características étnicas, podem ser desconfortáveis e inapropriados. Mesmo que pareçam inofensivos, podem afetar a autoestima e o bem-estar dos colegas.

SIPAT UP BRASIL VIRTUAL

Ação voltada para a promoção de uma mente saudável e um trabalho seguro aos colaboradores, com temas voltados para a saúde e segurança do trabalho

Conteúdos para prevenção e Acidentes e Assédio

Mecânica: duração de semana de SIPAT virtual, pela plataforma Weex com gamificação, ações interativas, Fato ou fake, vídeos curtos e atrativos e conteúdos sobre novos Hábitos, com sorteio de brindes para os colaboradores que mais se engajaram

Público-alvo: 100% dos colaboradores participam



A CIPA gestão 2022-2023 inovou e apresenta a 1ª SIPAT UP BRASIL VIRTUAL 2024

A Transformação Digital como aliada para levar informação relevante para todos a qualquer hora e em qualquer lugar para ter uma mente saudável e um trabalho seguro.

É muito fácil participar:
Na semana de 18/01 a 19/01, acesse diariamente [up.br/sipatvirtual](#) e cumpra as missões:

- São 2 a 3 vídeos (2 a 5 minutos cada), enquete Fato ou Fake sobre o conteúdo assistido e informações sobre os temas do dia através dos Novos Hábitos.

Todos os colaboradores que cumprirem 100% das atividades da semana, concorrerão ao sorteio online de 1 garrafa térmica exclusiva Up, no dia 22/01. Serão 15 sorteados. Cumpra a sua missão e participe!

Em anexo, consulte o material do Kick off e também o fundo de tela para ser utilizado nas reuniões da SIPAT pelo Teams.

Embarque nessa aventura e aproveite para aprender de forma divertida!

Logos: Up, CIPA, PESSOAS

Comunicado de lançamento



Valeu, Up Brasil! Nossa 1ª SIPAT Virtual foi um sucesso!!!

Agradecemos aos colaboradores pelo compromisso na nossa 1ª SIPAT Virtual, dedicando 3 horas do seu tempo para o auto desenvolvimento.

Vamos relembrar?

- 15 Vídeos
- 15 Novos hábitos
- 60 Testes "Fato ou Fake" para testar o aprendizado
- 1 Mural com foto, vídeo e mensagem
- 1 Palestra com o Tema Janeiro Branco para desenvolver habilidade para uma mente saudável positiva
- 1 Reunião prévia do kick off com abordagem sobre o Canal de Denúncia.

Logos: Up, CIPA, PESSOAS

Comunicado de encerramento

O PAPEL DOS EMBAIXADORES E DOS GRUPOS DE AFINIDADES DIVERSIDADE UP

Com o papel de ser protagonista na formalização do processo de adesão à diversidade, criamos um time de embaixadores e de grupos de afinidades de Diversidade e Inclusão. Buscamos ter no time representantes que tenham **lugar de fala e que sejam porta-vozes desses temas e pilares** na nossa empresa.

O time de embaixadores e de grupos de afinidades são formados a partir de inscrições voluntárias dos colaboradores e a seleção é feita por votação dos membros do COMEX (alta liderança da Up), respeitando a **diversidade e a pluralidade** entre as pessoas, com representantes de todos os pilares de atuação e composto de forma multidisciplinar.

Líder: Garantir a execução do planejamento (ações a serem implementadas para o programa).

Co-Líder: Ser um apoiador do líder e substituto em momentos e ausências do líder.

Embaixadores e grupos de afinidades | aliados(as): Responsáveis pela elaboração dos planos de ação e monitorar os resultados de cada frente da régua de sensibilização, de voluntariados e eventos de conscientização apoiando na disseminação e no engajamento para a execução dos projetos e também para estruturar as ações a partir dos resultados do Censo Up Diversidade, com foco nos pilares de atuação do Programa Up Diversidade, Equidade e Inclusão.

O PAPEL DOS EMBAIXADORES E DOS GRUPOS DE AFINIDADES DIVERSIDADE UP EM CADA PILAR/GUILDA

GÊNERO

Garantir o empoderamento feminino e a igualdade de oportunidades entre todos.

RAÇA/ETNIA

Trabalhar para fortalecer a igualdade independente da cor.

LGBTQIAPN+

Garantir o trabalho em um ambiente seguro e de muito respeito às diferenças

GERAÇÕES

Incentivar os jovens que estão iniciando no mercado de trabalho e valorizar os mais experientes. Trabalhar sempre em parceria e sinergia.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Trabalhar para fortalecer a igualdade independente da cor.

DIVERSIDADE UP

A construção de uma empresa diversa e inclusiva é essencial para que os colaboradores estejam em contato com diferentes faixas etárias, culturas, religiões, estilos de vida, etc. Aqui na Up Brasil, fortalecemos o Employer Branding para atrair talentos diversos.

Diversidade para combater as desigualdades.

O compromisso da Up Brasil é combater as desigualdades em todas as suas formas. Temos uma política do Programa Diversidade, Equidade e Inclusão que ficam estabelecidas as regras e compromissos que devem pautar a atuação de nossos colaboradores e colaboradoras e demais stakeholders no sentido de combater ativamente todas as formas de discriminação e preconceito e promover a inclusão de todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, capacidade e origem.

Nossas duas Políticas (Diversidade, Equidade e Inclusão e Ações de Equidade de Gênero) são resultados de um processo de construção coletiva que consolida os valores, a missão, a visão, o propósito e o posicionamento de que abraçamos o respeito e a inclusão no nosso dia a dia.



DATAS COMEMORATIVAS

- Equidade de gênero
- LGBTQIAPN+
- PCD
- Equidade racial/etnia
- Gerações
- Pluralidade e Diversidade

29 de janeiro - Dia nacional da visibilidade trans e travesti

08 de março - Dia internacional da mulher

21 de março - Dia internacional da síndrome de Down

31 de março - Dia internacional da visibilidade trans

02 de abril - Dia mundial da conscientização sobre o autismo

02 de maio - Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral e Dia Nacional da Ética

17 de maio - Dia Mundial Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

21 de maio - Dia Internacional da Diversidade Cultural

28 de junho - Dia do orgulho LGBTQIA+

12 de agosto - Dia Nacional da Juventude

29 de agosto - Dia nacional da visibilidade lésbica

23 de setembro - Dia da visibilidade bissexual

01 de outubro - Dia Internacional da Terceira Idade

16 de novembro - Dia Internacional da Tolerância

26 de outubro - Dia da visibilidade intersexual

20 de novembro - Dia da consciência negra

03 de dezembro - Dia internacional da pessoa com deficiência

08 de dezembro - Dia da pansexualidade

10 de dezembro - Dia dos direitos humanos

Up DIVERSIDADE

NÓS SOMOS



**ABRAÇAMOS O RESPEITO E A
INCLUSÃO NO NOSSO DIA A DIA**



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131946 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação Versão CNAE: 2.3 RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-working"
Showroom sem venda no local

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de messageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011732-3

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131946

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: tyt2Rhk10o9q7lVb

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE:

6204-0/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR3-1]: Vestiário para usuários de bicicleta (b) = Se aplica essa condição de instalação Obs: 4A(b) De acordo com o Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR3-1]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR3-1]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para caminhão: Acima de 4.000m² de área construída computável (d) = Não há exigência de número mínimo de vagas Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro). 4A(d) Para empreendimentos não residenciais acima de 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída computável, as vagas para caminhão podem ser compartilhadas com os veículos fretados.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR3-1]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 500 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR3-1]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Grupo de Atividade [nR3-1: Usos especiais: espaços, estabelecimentos ou instalações sujeitos a controle específico ou de valor estratégico para a segurança e serviços públicos;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: NR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espreadas - Chucui Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos da dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exige de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exige da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7o do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131948 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"

Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011735-8

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131948

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: T57Jxw3cznDDRaDb

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 6463-8/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUPa, ZEUP, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUPa, ZEUP, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131950 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 6613-4/00 - Administração de cartões de crédito

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"

Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011737-4

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131950

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 8GErELX1pUZsxskd

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 6613-4/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização, - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131951 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 6619-3/02 - Correspondentes de instituições financeiras

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais
Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"
Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011738-2

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131951

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: eEJPspuFpgy1Zfen

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 6619-3/02

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUPa, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [NR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexatidão, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 40 do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131943 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 6619-3/05 - Operadoras de cartões de débito

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"

Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011730-7

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131943

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: Nv2S1de1Iwwem5Ym

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 6619-3/05

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização, - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131953 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica Versão CNAE: 2.3 RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais
Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"
Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011740-4

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46 NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131953 CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: No2eEL133RvaFOsm

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 7020-4/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização, - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131956 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO

01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL:015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-working"

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011742-0

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131956

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 9CQAJ1GpEAKVmbEe

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 7490-1/04

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (OHZ à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização, - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131961 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

NR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de messageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais.

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011744-7

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131961

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 0TrMOqZlExlgtm5

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 7490-1/99

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [NR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexatidão, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 40 do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131963 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO

01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011746-3

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131963

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 0vNv94BaUEANp1aU

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 8291-1/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nr1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nr1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPA, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nr1, nr2 e nr3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [NR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexatidão, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 40 do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131966 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 8299-7/02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

Versão CNAE: 2.3

RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais
Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"
Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011747-1

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131966

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: iTn0wowsU6Et5zxJ

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 8299-7/02

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (OHZ à 300GHZ) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUPa, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [NR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexatidão, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 40 do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131970 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente Versão CNAE: 2.3 RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-working"

Showroom sem venda no local

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de messageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditors, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011751-0

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46

NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131970

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: oJy6Nx896diSNWjd

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 8299-7/99

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;]
PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Grupo de Atividade [nR1-7: Serviços técnicos de confecção ou manutenção: estabelecimentos destinados à prestação de serviços técnicos de reparo ou de apoio ao uso residencial;]
PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Grupo de Atividade [nR2-4: Oficinas: estabelecimentos destinados à prestação de serviços mecânicos, de reparos em geral e de confecção ou similares, incluindo os postos de abastecimento de veículos;]
PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a)
4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-5]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-5]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-4]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para caminhão: Acima de 4.000m² de área construída computável (d) = Não há exigência de número mínimo de vagas Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro). 4A(d) Para empreendimentos não residenciais acima de 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída computável, as vagas para caminhão podem ser compartilhadas com os veículos fretados.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-4]: Vestiário para usuários de bicicleta (b) = Se aplica essa condição de instalação Obs: 4A(b) De acordo com o Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-4]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 500 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-7]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-5]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Grupo de Atividade [nR1-5: Serviços pessoais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços pessoais de âmbito local;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-4]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-4]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-7]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-7]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhaça ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 40 do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exime de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7o do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

DADOS DA LICENÇA

NÚMERO: 20210010131977 DATA DE EMISSÃO: 17/09/2021 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL

ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306

COMPLEMENTO(S):

51 CONJUNTO
01 SALA

BAIRRO: JARDIM PAULISTANO

CEP: 01451-914

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

SUBPREFEITURA: PINHEIROS

ÁREA CONSTRUÍDA: 993,00 m²

ÁREA ESTABELECIMENTO: 616,78 m²

SQL: 015.074.0276-7 (Principal)

ZONA(S):

ZM - ZONA MISTA

QA - QUOTA AMBIENTAL

MA - MACROAREA E SETORES DA MEM

DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO

CNPJ: 02.959.392/0001-46 CCM: 5.865.535-2

RAZÃO SOCIAL: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

ATIVIDADES

CNAE: 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos Versão CNAE: 2.3 RISCO: BAIXO

GRUPO DE ATIVIDADE NR:

nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;

ATIVIDADE(S):

Agências de prestação de serviços e negócios em geral, tais como: - Agências de representação de indústria, comércio, agricultura e negócios em geral - Agência bancária de capitalização e poupança, de cobrança, de crédito, de financiamento e investimento, incluindo caixas eletrônicos de auto-atendimento - Agência de informações em geral - Agência de empregos, de mensageiros e entregas de encomendas, de passagens e turismo - Imobiliária - Assessoria de importação e exportação, assessoria fiscal e tributária (auditores, peritos e avaliadores) - Consultoria e serviços técnicos profissionais
Escritórios em geral, incluindo espaços para Locação de Uso Compartilhado e "Co-Working"
Showroom sem venda no local

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: PIERRE JEAN FOSSAT

CPF: 097.500.781-52

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6050.2021/0011754-4

AUTENTICIDADE

CNPJ: 02.959.392/0001-46 NÚMERO DA LICENÇA: 20210010131977 CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: L43Qde6c9sNtHsso

LICENÇA:





Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 9511-8/00

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 20/08/2021

RESTRIÇÕES:

Grupo de Atividade [nR1-6: Serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de residencial;apoio ao uso residencial;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Grupo de Atividade [Ind-1a-4: Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática: indústrias cuja incomodidade esteja vinculada aos processos de montagem, não sendo processada qualquer operação de transformação de materiais;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [Ind-1a-4]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [Ind-1a-4]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para caminhão: Acima de 4.000m² de área construída computável (d) = Mínimo de 1 vaga e 1 adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucrí Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro). 4A(d) Para empreendimentos não residenciais acima de 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída computável, as vagas para caminhão podem ser compartilhadas com os veículos fretados.

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Ao continuar o processo, você assume a responsabilidade pelo endereço e inscrição imobiliária informados, ciente de que o resultado pode ser revertido caso seja apurada incorreção dos mesmos, sem prejuízo das demais penas da lei

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [Ind-1a-4]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [Ind-1a-4]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 100 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nR1-6

STATUS DA ANÁLISE: Passível

RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espraiadas - Chucuri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR1-6]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 75 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

DECLARAÇÕES:

Declaro que o estabelecimento NÃO possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego - AET ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e NÃO atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos da dos art. 108 e 109 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento NÃO se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento NÃO é industrial, ou sendo, não é processada somente operação de montagem, nos termos do parágrafo único do artigo 101 da Lei Municipal 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade NÃO é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental conforme previsto no art. 108 da Lei Municipal 16.402/16.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário são verdadeiros e que a inexistência, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que os dados relativos à edificação estão absolutamente corretos, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização; - que a atividade atende às exigências legais (gerais e especiais) relativas ao seu exercício; - que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, conforme previsto no art. 18 do Decreto Municipal 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site da Prefeitura para verificar as informações que lhe são pertinentes.

Declaro que o estabelecimento atende aos parâmetros de incomodidade da zona de uso no qual está inserido conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4B anexo à Lei e legislação correlata.

Declaro que o estabelecimento atende as condições de instalação do uso conforme disposto na Lei Municipal 16.402/2016, no quadro 4A anexo à Lei e legislação correlata, inclusive quanto ao previsto no Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, conforme previsto no art 4o do Decreto Municipal 57.298/2016, assim como quanto aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial e não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal 16.402/2016.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRT(s) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, e que o responsável técnico possui registro válido junto ao respectivo Conselho de Classe.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, caso a edificação não esteja regular de acordo com as definições da legislação edilícia, documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, que asseguram as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no art. 133 da Lei Municipal 16.402/2016 e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco, conforme previsto nos incisos II e III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em área contaminada, "non aedificandi", de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização documentos emitidos por profissionais habilitados, competentes pelo respectivo Conselho de Classe, e conforme cópia digitalizada da ART/RRT anexadas a esta solicitação de Auto de Licença de Funcionamento para Empreendimento de baixo risco de acordo com o inciso III do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade e salubridade, conforme inciso II do art. 12 do Decreto Municipal 57.299/2016 e em consonância com as normas em vigor; atestam ainda a verificação da edificação, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás, e que ela se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, e em satisfatórias condições de segurança; atestam também, nos casos de edificação onde seja necessário sistema de segurança com base na legislação edilícia, que o imóvel atende os requisitos mínimos de segurança e que o controle da manutenção do sistema de segurança instalado é realizado de acordo com as normas em vigor; declaro ainda possuir os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade para os casos previstos.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Estou ciente que a dispensa da comprovação prévia do cumprimento de exigências para os empreendimentos considerados de baixo risco não exige de observar as condições necessárias para a instalação e funcionamento das atividades, bem como obter e manter disponíveis para a fiscalização os respectivos documentos, conforme previsto no art. 14 do Decreto Municipal 57.299/2016. Estou ciente também que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exige da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento.

Declaro que, caso o estabelecimento esteja enquadrado como atividade auxiliar da subcategoria de uso INFRA-1 - Mobilidade urbana terrestre ou INFRA-2 - Transporte aéreo, ou seja, atividade instalada em áreas que servem ao transporte público coletivo ou ao transporte aéreo, respectivamente, atendo às condições previstas no art. 7o do Decreto Municipal 57.378/2016, inclusive quanto à obtenção de avaliação técnica favorável do órgão gestor do empreendimento.

CONDIÇÕES:

Emitido eletronicamente



Prefeitura da Cidade de São Paulo

Auto de Licença de Funcionamento

Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pela Coordenação de Licenciamento Ambiental - CLA, vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), de acordo com as Deliberações Normativas CONSEMA nº 01/2018 e nº 02/2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 02.959.392/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:48:30 do dia 02/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/03/2025.

Código de controle da certidão: **AA49.E410.7CB5.0B0D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 02.959.392/0001-46

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25010185367-89

Data e hora da emissão 07/01/2025 14:46:03

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 02.959.392

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 64296804

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 31/01/2025 10:47:32

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Número do Contribuinte: 02.959.392/

Nome do Contribuinte: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

Não consta imóvel cadastrado em nome de: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. - CPF/CNPJ
Raiz: 02.959.392/



Certidão emitida via internet com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Prazo de validade de 06(seis) meses a partir da data de sua liberação com base na Portaria SF nº 04 de 05 de janeiro de 2012.
Certidão emitida às 11:43:01 horas do dia 01/10/2024 (hora e data de Brasília).

Código de autenticidade: 428DDF9E

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda>.

Qualquer rasura invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9875833

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 23/03/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 02.959.392/0001-46, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 24 de março de 2025.

PEDIDO Nº:

0085087926





24/03/2025

0085087926

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9875833**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 23/03/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 02.959.392/0001-46, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

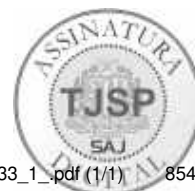
Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 24 de março de 2025.

PEDIDO Nº:**0085087926**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 02.959.392/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:18:42 do dia 06/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2025.

Código de controle da certidão: **2B1C.A84E.8B07.744F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Liminar concedida no MS nº 5008165-22.2024.4.03.6100.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.959.392/0001-46
Razão Social: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Endereço: AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306 CONJ 51 SALA 01 / JARDIM PAULISTANO / SAO PAULO / SP / 01451-914

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/03/2025 a 11/04/2025

Certificação Número: 2025031322070843042700

Informação obtida em 24/03/2025 13:41:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 02.959.392/0001-46

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25031060539-19

Data e hora da emissão 24/03/2025 13:26:00

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 2183498 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 02.959.392/

Contribuinte: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

Liberação: 16/12/2024

Validade: 14/06/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 2.837.029-5- Início atv :17/09/1999 (AL SANTOS, 00880 - CEP: 01418-002 - Cancelado em: 11/12/2014)

CCM 5.865.535-2- Início atv :17/11/2017 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 1306, 1306 - CEP: 01451-914)

CCM 5.158.418-2- Início atv :08/09/2014 (R DOUTOR RAFAEL DE BARROS, 00210 - CEP: 04003-041 - Cancelado em: 09/02/2021)

CCM 5.095.729-5- Início atv :08/09/2014 (R DOUTOR RAFAEL DE BARROS, 00210 - CEP: 04003-041 - Cancelado em: 29/01/2018)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Que a presente certidão é positiva com efeitos de negativa, em razão de débitos com a exigibilidade suspensa.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 13:28:11 horas do dia 24/03/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 348E6F87

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.959.392/0001-46

Certidão nº: 16769981/2025

Expedição: 24/03/2025, às 13:38:20

Validade: 20/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.959.392/0001-46**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 24/03/2025 às 13:54:01

Segue a ata de fornecedor habilitado.

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

AMM_Licita____Ata_Fornecedores_Habilitados.pdf

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **000002/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **000002/2025**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Final da Proposta/Início da Sessão: **12/02/2025 às 09:00**

Fornecedor: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		CPF/CNPJ: 02.959.392/0001-46	
E-mail: licitacoes@upbrasil.com		Telefone: (34) 98411-8482	
Lote 1			
Lote 1			
Descrição Comprador			
1 - VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO			
Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Desconto Final
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	1,00	serviço	0,00%
Marca: Própria	Fabricante: N/A	Modelo: Próprio	

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 24 de Março de 2025.

ALICE SOUZA RODRIGUES – Pregoeiro(a)

Izabela Galvão Fernandes - Equipe de Apoio

Vanessa Faria Silva - Equipe de Apoio

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 24/03/2025 às 15:22:06

Segue o termo de adjudicação

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

AMM_Licita____Termo_de_Adjudicacao.pdf

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **000002/2025**, Processo Administrativo nº **000002/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM

Resumo

Fornecedor	Diferença Estimada
UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - 02.959.392/0001-46 licitacoes@upbrasil.com - (34) 98411-8482	Sem Variação (0,00%)
Totais	Proveito (0,00%)

Detalhes

IOLANDA DE SENA GONÇALVES na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - CPF/CNPJ: 02.959.392/0001-46				
Lote 1		Data/Hora da Adjudicação - 24/03/2025 15:10:03		
Lote 1				
Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	1,00	serviço	23.702.131,20	0,00%
Marca: Própria	Fabricante: N/A		Modelo: Próprio	

Viçosa, 24 de Março de 2025.

Autoridade Competente: IOLANDA DE SENA GONÇALVES

De: Alice R. - AGCONT

Para: PROJ - Procuradoria Jurídica

Data: 24/03/2025 às 15:23:01

Ilustríssimo Senhor Procurador Jurídico,

Encaminhamos o processo licitatório para parecer de fase externa. Ao ensejo, reiteramos votos de estima e solicitamos a devolução dos autos tão logo seja analisada a juridicidade do procedimento, através do competente parecer.

Viçosa, 24 de março de 2025.

—

Alice Souza Rodrigues

Assistente administrativo

De: André S. - PROJ

Para: SUP - Superintendência

Data: 25/03/2025 às 08:47:28

Setores (CC):

SUP, AGCONT

Segue, em anexo, parecer jurídico.

—

André Soares Sathler

PROCURADOR

Anexos:

Parecer_Pregao_Homologacao_vale_alimentacao.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
André Soares Sathler	25/03/2025 08:48:27	1Doc	ANDRÉ SOARES SATHLER CPF 065.XXX.XXX-28

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **C976-D90F-DE73-7039**

PARECER JURÍDICO

Proc. Administrativo n. 002/2025 (1doc)

Modalidade: Pregão

Assunto: Homologação do certame

Concluída a sessão do certame indicado alhures, os autos vieram à Procuradoria para manifestação final a respeito da possibilidade de homologação do feito.

Pois bem.

Ao que se colhe dos autos, a Procuradoria opinou em momento anterior pela regularidade da etapa preparatória deste procedimento. Nessa vereda, iniciada a fase externa com a publicação do instrumento editalício, este não foi objeto de impugnação. Na data designada para a sessão houve a participação de diversos interessados.

Segundo se extrai das atas juntadas ao processo, verifica-se que o pregão foi processado em observância aos ditames do art. 17 da Lei Federal n. 14.133/2021, notadamente no que se refere às fases de credenciamento, propostas, lances, julgamento, habilitação, recursal e adjudicação.

Contudo, nota-se que logo após a habilitação da vencedora, houve decisão determinando “cancelamento” do processo licitatório, mas sem especificação da natureza jurídica consoante a decisão, isto é, se era uma anulação ou revogação, de forma que não se verificou nenhuma ilegalidade que justificasse a primeira nem fato superveniente que justificasse a segunda.

Com efeito, anulou-se a decisão de “cancelamento”, reabrindo o procedimento na fase em que se encontrava.

Proclamado o resultado do certame, duas empresas licitantes apresentaram recurso alegando descumprimento dos critérios de desempate para então, por fim, proceder com o sorteio em caso de manutenção da situação de empate entre as empresas.

A decisão negou provimento ao recurso com razão, já que demonstrou o cumprimento tanto das cláusulas do edital quanto do artigo 60 da Lei 14.133, de forma que antes do sorteio ter sido realizado pela plataforma, o próprio sistema cumpre as etapas anteriores para promover eventual desempate, o que não ocorreu, razão pela qual foi promovido o sorteio.

Os objetos foram, assim, adjudicados ao da proposta vencedora.

Nota-se, portanto, que o trâmite procedimental adotado nos autos em epígrafe seguiu as disposições contidas no art. 17 da Lei 14.133/2021, tendo sido observadas as formalidades previstas no referido diploma legislativo.

Dessa feita, inexistindo vícios a serem sanados, conclui-se pela regularidade jurídico-formal do procedimento em voga, o qual entendemos estar apto para homologação pela autoridade superior. Nestes termos, **entendemos pela possibilidade de prosseguimento do feito, encaminhando-se à autoridade superior para homologação**, na forma da lei.

Viçosa, 25 de março de 2025.

André Soares Sathler
Procurador Jurídico - CISAB/ZM
OAB/MG 228.597





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C976-D90F-DE73-7039

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉ SOARES SATHLER (CPF 065.XXX.XXX-28) em 25/03/2025 08:48:25 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/C976-D90F-DE73-7039>

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 25/03/2025 às 09:47:34

Segue Termo de homologação.

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

AMM_Licita____Termo_de_Homologacao.pdf

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **000002/2025**, Processo Administrativo nº **000002/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXÍVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM

Resumo

Fornecedor	Diferença Estimada
UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - 02.959.392/0001-46 licitacoes@upbrasil.com - (34) 98411-8482	Sem Variação (0,00%)
Totais	Proveito (0,00%)

Detalhes

IOLANDA DE SENA GONÇALVES na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - CPF/CNPJ: 02.959.392/0001-46				
Lote 1		Data/Hora da Homologação - 25/03/2025 09:32:38		
Lote 1				
Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	1,00	serviço	23.702.131,20	0,00%
Marca: Própria	Fabricante: N/A		Modelo: Próprio	

Viçosa, 25 de Março de 2025.

Autoridade Competente: IOLANDA DE SENA GONÇALVES

De: Alice R. - AGCONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/03/2025 às 14:37:23

Segue a ARP para assinatura

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

arpassinada.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Patricia Beatriz Lanari Dr...	26/03/2025 17:21:40	ICP-Brasil	PATRICIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM CPF 0...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DAF1-88BB-C9C9-5B1B**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS
GERAIS - CISAB/ZM**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 048/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 000002/2025

NÚMERO DO PREGÃO: 000002/2025

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB/ZM**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.331.797/0001-63, com sede na Rua José dos Santos, n.º 275, Centro, Viçosa-MG, CEP: 36570-135, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Resolução nº 005/2024 CISAB-ZM, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXÍVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM**, conforme DFD, ETP, Termo de Referência e demais documentos anexos ao Edital.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultado ao licitante a participação em quantos itens e lotes forem de seu interesse, e desde que, obviamente, consiga cumprir com os eventuais fornecimentos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
CNPJ:	02 959 392/0001-46
REPRESENTANTE LEGAL:	Andresa Rocha Crosara Domingos
CPF:	05508922652
TELEFONE:	(34)99108-7789
EMAIL:	licitacoes@upbrasil.com

Lote 1			
Lote 1			
Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Taxa final	Sub Total
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	1,00 serviço	0,00%	R\$ 23.702.131,20
Marca: Própria	Fabricante: N/A	Modelo: Próprio	
Total Lote 1		x1	R\$ 23.702.131,20

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o CISAB-ZM, observadas as disposições do art. 6º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

3.2 Além do gerenciador, são os órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Órgãos participantes:

ARIS	AUTARQUIA
CATAGUASES	PREFEITURA
CISAB	AUTARQUIA
FERVEDOURO	SAAE
LIMA DUARTE	DEMAE
RAUL SOARES	SAAE
SENADOR FIRMINOS	SAAE

OBS: o quantitativo de cada item demandado por órgão participante consta no Termo de Referência que derivou esta Ata de Registro de Preços.

Assinado por 2 pessoas: PLOTANODA BEZ SENADOR FIRMINOS, @WINDAVESAINIROCHA CROSARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdi.globo.com/brasil/intermunicipal-de-saneamento-basico-da-zona-da-mata-de-minas-gerais/licitacao-005-2024-cisab-zm>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de registro de preços poderão aderir à presente ata de registro de preços na condição de não participantes, nos termos do art. 86, §3º da Lei, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, e observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante pesquisa atualizada de mercado; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade que participar do registro de preços poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1 e o art. 31 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

Dos limites para as adesões

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, observado o disposto no art. 32 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

Assinado por 2 pessoas: PLOTANODA BEE SENYAL CONINERADRESION DAWKESANPROCHA CROSARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdidglobaldatacbowetftracatvdaAAdtFE858B-009D3-3F81D32-38termicoroe di grn 046 E88BBD63D39F401B238>



participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, observado o disposto no art. 32 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

4.8 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Resolução do CISAB-ZM.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que preencha os requisitos legais.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 34 da Resolução 005/2024.

5.2.1 O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Formalizada a homologação da licitação será expedida, nos termos do art. 18 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM, a ata de registro de preços que observará o seguinte rito:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto

Assinado por 2 pessoas: PLOTANODA BEZ SENYLA CONIN/ADM/RES/01W/DA/IN/ES/IN/ROCHA CROSARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdi.globaldatacloudover.ticacreativa.com.br/01W/DA/IN/ES/IN/ROCHA CROSARA DOMINGOS>

no edital se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e daqueles que mantiverem sua proposta original.

5.4.3 A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, que deverá ser respeitada para fins de contratações, observará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses, não cumulativas:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços; ou

5.7.3 Quando houver rescisão do contrato derivado da ata de registro de preços.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e no sítio eletrônico do CISAB-ZM, no mínimo, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do art. 18, §4º da Resolução 005/2024.

5.9 Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, nos termos do art. 19, §1º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

5.10 A ata de registro de preços será preferencialmente assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, admitindo-se, também, a critério do órgão gerenciador, assinatura à mão, pelo sistema 1doc ou outra forma indicada pelo CISAB-ZM.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes do cadastro de reserva aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos do art. 25 da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM.

6.1.1 Deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

6.2 Os preços registrados também poderão ser alterados ou atualizados:

6.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3 Na hipótese de previsão no contrato, edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice

Assinado por 2 pessoas: PLOTI ANOIA BEZ, SENYLA CONINHO REIS / W N DAVESIAN ROCHA CROSARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdigloal.datacboverficacao/DAF188BBC9C95B1B80890B76-proc-administrativo-pregao--lei-14.133-21---39--023-2024-assinado-versaoImpressao.pdf>

previstos para a contratação, devendo ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época;

6.2.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.3 Todos os pedidos deverão partir da empresa que teve seu preço registrado e/ou foi contratada em decorrência da presente Ata, e serem direcionados ao setor competente, para serem analisados e julgados.

6.4 Os pedidos não atribuem efeito suspensivo às obrigações da empresa, sendo inadmissível descumprir o edital, ata e/ou contrato sob o argumento de que possui pleitos em aberto com a Administração.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos do art. 26 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.1.1 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, observado disposto no art. 26, §2º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa mediante novo procedimento de licitação.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades públicas que tenham formalizado contrato que recaia sobre o preço registrado revisto, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 26, §4º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir com as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação

comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, observado art. 27, §4º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entre as entidades participantes, observado como limite a quantidade total registrada para cada item.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3 O órgão gerenciador será também participante para efeito de remanejamento.

8.4 Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou ente público participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou ente público participante que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas

Assinado por 2 pessoas: PLOTANODA BEZ SENYAL CONJUGADARESE @WINDAVESANPROCHA CROSARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdidglobaldatacloudoverthecareatividaARD/EB85B3-1079CD3-3F81D3E2-387ermimcorroédiqgr0i66fEB88BBD6C3D39F5401B238>

ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado deverá ser formalizada por e-mail ou por aplicativo de mensagens instantânea, juntando-se o comprovante de recebimento no processo que deu origem ao registro de preços.

9.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o fornecedor, através dos meios eletrônicos indicados no caput deste item, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do CISAB-ZM, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da sua publicação.

9.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com os Entes públicos participantes, se apresentada com antecedência de 03 (três) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho e ordem de fornecimento facultado aos Entes públicos participantes a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II do item 9.1, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

9.5. Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

9.6. Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

9.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.8. Se o fornecedor com o preço registrado na ata não cumprir com o contrato decorrente da ata, tanto os contratantes (participantes ou não) poderão notificar e aplicar as sanções, concedendo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia; quanto o órgão gerenciador, que poderá aplicar sanções, especialmente para evitar que o fornecedor participe de licitações futuras do Consórcio.

9.9. Caso a empresa com o preço registrado descumpra o contrato com apenas um dos consorciados, e este último requerer o cancelamento parcial, pode ele ser realizado, sendo a empresa sujeita, ainda, às penalidades previstas no eventual contrato e nesta ata de registro de preços.

9.10. É possível o cancelamento parcial da ata, em relação a um participante apenas, em qualquer

hipótese.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, desonrarem, injustificadamente, o compromisso assumido após terem assinado a ata.

10.1.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, hipótese em que caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, para que se instaure procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.4 As notificações aos fornecedores que digam respeito à essa Ata de Registro de Preços devem conceder prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, defesa ou deliberações dos fornecedores.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital ou em alguns dos seus anexos, ou no Aviso de Contratação Direta e seus documentos integrantes.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Aplica-se a Resolução CISAB-ZM nº 005/2024 para a Ata de Registro de Preços em tela, ressaltando que **se houver disposições conflitantes entre esta Ata e a Resolução, aplicam-se as disposições, em primeiro lugar, da Resolução.** Caso elas sejam manifestamente incorretas ou ilegítimas, com a devida justificativa nos autos, aplicam-se as disposições desta Ata.

11.4 Havendo disposições gerais da Lei nº 14.133/2021 que sejam conflitantes com esta Ata, aplica-

Assinado por 2 pessoas: PLOTI ANDRADE DE SENNA, CONDOMÍNIO RESERVA DO PARQUE DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS, CROSTARA DOMINGOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tststtdi.digialdata.com.br/verificar-assinatura> AAtd/E885B3-029D3-3F8A03E2387termidcorré di grn 0046 E88BBD63D09F5401B238



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EB53-D61D-3F40-6238

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IOLANDA DE SENA GONÇALVES (CPF 063.XXX.XXX-30) em 26/03/2025 13:38:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS (CPF 055.XXX.XXX-52) em 26/03/2025 14:10:20
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC ONLINE RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/EB53-D61D-3F40-6238>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DAF1-88BB-C9C9-5B1B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PATRICIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM (CPF 044.XXX.XXX-05) em 26/03/2025 17:21:31

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/DAF1-88BB-C9C9-5B1B>

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 27/03/2025 às 15:39:26

Segue as publicações

—

Alice Souza Rodrigues

Assistente administrativo

Anexos:

DIARIO_OFICIAL_052_arp_extrato.pdf

publicado_arp.pdf

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

do CISAB-ZM e municípios consorciados



Viçosa, 27 de Março de 2025 - Diário Oficial Eletrônico CISAB Zona da Mata - ANO 06 | Nº 052

Expediente:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da
Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZM.

Presidente: Elenice Pereira Delgado Santelli

CISAB ZM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA ARP – OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. Pregão Eletrônico nº 002/2025. Empresa: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. Valor demandado: R\$ 23.702.131,20. Taxa: 0,00%. Vigência: 25/03/2025 a 25/03/2026. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br. Elenice Delgado, Presidente.

O período de envio da demanda ao CIMAMS é de 8 (oito) dias úteis contados da publicação da IRP;
A demanda deverá ser enviada por ofício direcionado ao Secretário Executivo do CIMAMS, qualificando o órgão solicitante e seu responsável, expressando a intenção de participar do processo licitatório, declinando o valor estimado de contratação, considerando a totalidade dos Municípios integrantes do CIMAMS.
Eventuais solicitações de esclarecimento ou dúvidas devem ser enviadas para o endereço eletrônico: licitacao@cimams.mg.gov.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES
Secretário Executivo
CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:DD613E65

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB
ZONA DAMATA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços por mais 12 meses e o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens contemplados. Empresa: INACIO E CELESTE LTDA. valor global estimado: R\$ 24.080,00. Vigência: 26 de Março de 2025 a 26 de Março de 2026. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:FAE2EE65

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB
ZONA DAMATA
HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA ARP

HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA ARP – OBJETO:
Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. Pregão Eletrônico nº 002/2025. Empresa: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. Valor demandado: R\$ 23.702.131,20. Taxa: 0,00%. Vigência: 25/03/2025 a 25/03/2026. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:3B34AE77

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMIV - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

GESTÃO DE CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 45/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 45/2024

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situada à Rua José Dos Santos, nº 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36.570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura do 1º termo aditivo de acréscimo quantitativo do contrato supracitado, para a contratação de empresa especializada para a execução de manutenção corretiva no interior do prédio do CISMIV. O contrato foi pactuado entre JOSÉ FREDERICO DA COSTA 00658536605, inscrita no CNPJ nº 19.276.496/0001-59, com sede na cidade de Viçosa-MG, na Rua Cirilo do Carmo, no 105, apto 01, Bairro Nova Era, CEP:36570-001, representada pelo Sr. José Frederico da Costa, sócio/proprietário, portador do CPF nº 006.585.366-05, denominada CONTRATADA, e este Consórcio, CISMIV, em observância às disposições da Lei nº 14.133/21. Data de assinatura: 26/03/2025. Vigência: a partir da publicação.

Viçosa-MG, 26 de março de 2025.

JEFERSON VIANA OLIVEIRA
Secretário Executivo

Publicado por:
Clícia Laiane de Assis Bento
Código Identificador:22846249

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISURG - OESTE - CONSORCIO INT. DE SAUDE DA
REGIÃO AMPLIADA OESTE

CONSORCIO INT. DE SAUDE DA REGIÃO AMPLIADA
OESTE
AVISO DE DISPENSA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE. EXTRATO DO CONTRATO– Processo de Licitação nº 207/2025, Dispensa nº 221/2025. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE. Contratado: “PAPELARIA E COPIADORA MAXIMA I LTDA”, CNPJ: 01.422.568/0001-63. Objeto: “**AQUISIÇÃO DAS TROCAS DE BORRACHAS DOS CARIMBOS FAZ-SE NECESSÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS AS UPA**”.Valor previsto total de R\$ 100,00 (CEM REAIS) . Divinópolis/MG, 26 de Março de 2025.

JOSÉ MÁRCIO ZANARDI –
Secretário Executivo.

Publicado por:
Marielle Rezende Gomes Ferreira
Código Identificador:8FCE6999

ESTADO DE MINAS GERAIS
COMGRANBEL - CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITARIO DE MINAS GERAIS

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2025 – O COMGRANBEL avisa que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2025, para contratação futura e eventual de empresa especializada no fornecimento de produtos de panificadora para atendimento aos municípios consorciados e ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário De Minas Gerais (COMGRANBEL), conforme condições previstas no Edital. A sessão acontecerá no dia 08/04/2025 às 9:30h na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações do COMGRANBEL, na sede administrativa do COMGRANBEL situada à Rua Matias Cardoso, 11, 3º andar - Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, 30170-050, pelo e-mail